



CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANIELE TAÍSE CONTI

**ESTUDO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA NA MIGRAÇÃO RURAL/URBANA
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA**

HORIZONTINA, RS

2012

DANIELE TAÍSE CONTI

**ESTUDO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA NA MIGRAÇÃO RURAL/URBANA
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA**

Trabalho de conclusão apresentado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Faculdade Horizontina.

Orientadora: Me. Janete Stoffel

Coorientadora: Me. Vonja Engel

HORIZONTINA, RS

2012

**FAHOR - Faculdade Horizontina
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**“ESTUDO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA NA MIGRAÇÃO RURAL/URBANA
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA”**

**Elaborada por:
Daniele Taíse Conti**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas

Aprovado em: ___/___/2012

Pela Comissão Examinadora

**Mestre. Janete Stoffel
Presidente da Comissão Organizadora
Orientadora**

**Mestre. Vonja Engel
Coorientadora**

**Doutor. Rainer Lengert
FAHOR- Professor**

**Horizontina
2012**

DEDICATÓRIA

À memória de minha vó Olga K. Conti, à família, aos amigos e a todos os profissionais que ajudaram na construção da ideia deste trabalho, minha mais profunda gratidão.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições foram decisivas, em momentos e situações distintas, no desenvolvimento deste trabalho, tornando difícil a tarefa de fazer menções sem correr o grande risco de cometer injustiça com muitas delas. Mesmo assim, há que deixar registrado o especial agradecimento ao grupo de apoiadores.

Esta lista inicia com minha orientadora, Janete Stoffel e com a coorientadora Vonja Engel e ao meu tio Irio Luís Conti, figuras decisivas tanto no estímulo à investigação da temática aqui tratada, quanto na apreciação crítica às versões preliminares que lhes foram enviadas, além de serem incansáveis provocadores para que o trabalho não fosse interrompido. Por estas razões e pelo companheirismo que marcou o relacionamento durante todo o período de realização da pesquisa e de formalização do documento final registro aqui o meu sincero agradecimento.

Também registro meus agradecimentos aos professores do Curso de Ciências Econômicas e aos colegas com os quais tive o prazer de interagir nas disciplinas cursadas.

Um reconhecimento também aos membros da Banca Examinadora pelos seus questionamentos e observações, mas também pelos méritos que destacaram no trabalho.

Quero registrar ainda os meus agradecimentos a minha tia Janice pela revisão desta monografia e aos amigos do curso pelo estímulo dado tanto para que eu encarasse o desafio da realização, quanto para a realização do trabalho final.

Registro também o meu mais profundo reconhecimento aos indivíduos migrantes entrevistados que tão carinhosa e prontamente me receberam em seus lares e colaboraram fornecendo prestimosas informações. Em sinal deste reconhecimento, dedico-lhes grande parte do êxito deste trabalho. O mesmo também vale para os representantes das muitas entidades com quem tive o prazer de dialogar e aprender nas longas jornadas que envolveram o trabalho de campo. Em especial agradeço a Deus pela iluminação nos momentos difíceis, e por ter obtido esta oportunidade.

Por fim, o agradecimento muito carinhoso aos meus pais Lauri e Liane ao meu esposo Leandro e ao meu irmão Denilson e demais familiares que sempre

prestaram o seu apoio e estímulo, mas que, por outro lado, foram os grandes sacrificados pela quase-ausência, em momentos importantes nestes últimos quatro anos. A vocês não apenas agradeço, mas partilho a alegria da conquista, esperando com isso poder compensar, pelo menos em parte, a dívida acumulada com cada um em termos de atenção, amor, carinho e participação.

**“Tudo que está coberto vai ser descoberto
e tudo o que está escondido
será conhecido.”**

MATEUS, 10-26

RESUMO

O espaço rural brasileiro passa por muitas mudanças e torna-se cada vez mais complexo o desafio de entendê-lo na relação com o meio urbano. O município de Horizontina constituiu-se com base em uma matriz de produção inteiramente agrícola e gradualmente se conformou com fortes características urbanas. Neste trabalho, utilizaram-se como base as taxas migratórias no município de Horizontina no período de 2000 a 2010, no contexto de desaceleração da população rural brasileira e de migração para os centros urbanos. Analisaram-se as causas e as consequências dos fluxos migratórios, bem como os fatores que atraem as famílias a migrarem do campo para a cidade. O estudo constata que, apesar das políticas públicas de estímulo e fomento à agricultura familiar, ocorridas nas últimas décadas, um conjunto de fatores continua atraindo os agricultores a deixarem o meio rural em busca de melhores condições de vida na cidade. A diminuição ou estagnação dos fluxos migratórios requer a adoção de estratégias de desenvolvimento que levem em consideração as potencialidades locais da agricultura familiar e estimulem a ampliação da renda e do acesso a diversos serviços no meio rural.

Palavras-chave: Fluxos migratórios. Agricultura familiar. Horizontina.

ABSTRACT

Brazilian rural area is going through many changes, turning its relation with urban areas more and more challenging and difficult to understand. The city of Horizontina was constituted on an entirely agricultural production matrix, and gradually has complied strong urban. With this paper we aim to analyze the migratory rates in the city of Horizontina along the period of 2000 to 2010, during a slowdown period for rural Brazilian population and a migration to urban centers. It examines the causes and consequences of migration flows as well as the factors that draw families to migrate from the countryside to the city. The study finds that despite public policies that stimulate and foster family farming occurred in recent decades, a set of factors keeps attracting farmers to leave rural areas in search of better living conditions in the city. A decrease or stagnation of flows migration requires the adoption of development strategies which take into consideration the local family farms potential and encourage the widening of income sources and the access to several rural area services.

Keywords: Migration flows. Family agriculture. Horizontina.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Horizontina	37
Figura 2: Faixa etária dos migrantes.....	43
Figura 3: Grau de escolaridade dos migrantes	44
Figura 4: Tempo que o indivíduo residiu no meio rural (A) e desde quando está na cidade (B)	46
Figura 5: Perfil ocupacional dos migrantes	47
Figura 6: Renda bruta mensal no campo (A) e renda bruta mensal na cidade (B)	49
Figura 7: Principais motivos que levaram á migração.....	50
Figura 8: Acesso a recursos e serviços no meio rural.....	52
Figura 9: Acesso a recursos e serviços no meio urbano.....	53
Figura 10: Bens duráveis possuídos pelos migrantes antes de migrar.....	54
Figura 11: Bens duráveis possuídos pelos migrantes na cidade.....	56
Figura 12: Condição de moradia dos migrantes antes no meio rural (A) e condição de moradia dos migrantes na migração (B)	57
Figura 13: Condições de moradia antes da migração (A) e condições de moradia dos migrantes no meio urbano (B).....	58
Figura 14: Participação em formas associativas no meio rural	59
Figura 15: Participação em formas associativas no meio urbano	60
Figura 16: Condições necessárias à permanência no campo	64
Figura 17: Dificuldades de adaptação dos migrantes na cidade (A) e grau de satisfação dos migrantes na cidade (B).....	65

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	13
3. PROCESSO MIGRATÓRIO E SUAS IMPLICÂNCIAS NA AGRICULTURA	17
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E A MIGRAÇÃO	17
3.2 MIGRAÇÃO, MEIO RURAL E MEIO URBANO	24
3.3 FATORES IMPLICADOS NA MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE	28
4. FATORES DE INFLUÊNCIA NA MIGRAÇÃO RURAL/URBANA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA.....	37
4.1 A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE EM HORIZONTINA.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
APÊNDICE.....	75

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os marcos de referência da agricultura vêm sendo alterados devido às mudanças de ordem demográfica, econômica, social e cultural. Estas requerem ser estudadas e compreendidas como parte da nova configuração da mobilidade humana nos espaços rurais e urbanos.

Nesse contexto, a partir de 1950, a saída de indivíduos e famílias das áreas rurais em direção aos centros urbanos sofreu uma aceleração no país, envolvendo milhões de pessoas de todos os anos. Em um período de tempo inferior a cinquenta anos, a percentagem da população rural declinou vertiginosamente em relação à proporção da população urbana (PORTELA; VESSENTINI, 1995). Santos e Silveira (2003) afirmam que a principal causa da urbanização no Brasil é o deslocamento populacional nas diferentes regiões do Brasil. Na década de 1940, a população rural brasileira somava 72,27% e reduziu-se para 22,79% em 1996.

Esse processo de industrialização crescente, com a instalação e ampliação de indústrias de diversos ramos, especialmente do ramo de máquinas agrícolas e serviços, tem contribuído decisivamente para alterar a paisagem de municípios como o de Horizontina e outros da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a diminuição da mão de obra, as instabilidades climáticas, a redução da produtividade de algumas áreas de agricultura familiar e as dificuldades de sucessão familiar no meio rural podem estar entre os fatores que contribuem para a continuidade do êxodo rural.

Nesse contexto, o presente estudo tem como problema de pesquisa a investigação da seguinte questão: Quais os fatores que tiveram influência na migração do meio rural para o meio urbano no município de Horizontina, para indivíduos que migraram no período de 2000 a 2010?

A concretização deste estudo realizou-se com base nos objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa. O objetivo geral visou analisar os fatores que influenciaram no processo de migração do meio rural para o meio urbano no município de Horizontina, de migrantes do período de 2000 a 2010.

Para concretizar com maior profundidade este objetivo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar uma revisão teórica que possibilite um diagnóstico da realidade da migração rural-urbano no período de abrangência desta pesquisa;
- b) Identificar as principais razões que justificaram e impulsionaram o êxodo rural em Horizontina e o grau de satisfação dos migrantes em relação aos motivos que os levaram a migrar para a cidade;
- c) Analisar os impactos da migração e os respectivos aprendizados extraídos da experiência migratória de indivíduos migrantes no período de 2000 a 2010.

A partir deste estudo, torna-se possível destacar a relevância da relação das pessoas com o contexto social, político, econômico e cultural do município, bem como ampliar a compreensão das causas e implicações da migração na vida das pessoas e em sua composição sociocultural. A motivação para a sua realização baseou-se na necessidade de compreender as razões que levaram as pessoas a migrarem do campo para cidade, num município onde a agricultura familiar historicamente exerce importância no desenvolvimento local e regional.

A primeira parte deste estudo contém esta introdução, seguida da segunda parte que trata da descrição da metodologia utilizada na pesquisa. O terceiro capítulo contém uma revisão da literatura e contextualiza a agricultura familiar e a migração no Brasil e no Rio Grande do Sul. O quarto capítulo parte da caracterização do município de Horizontina e a seguir contempla a análise dos dados obtidos através do trabalho de campo junto a trinta pessoas que migraram do meio rural ao meio urbano no período de 2000 a 2010.

O trabalho empírico possibilitou trazer muitas evidências sobre os fluxos migratórios da população do meio rural para o meio urbano do município de Horizontina e contribuiu para a identificação de elementos que possibilitem a compreensão dessas migrações e a correlação entre suas causas e consequências no contexto deste município. Nas considerações finais, faz-se uma retomada dos elementos centrais da pesquisa e sua relação com os objetivos propostos para este estudo.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de relatos e informações provenientes de consultas bibliográficas de livros, artigos científicos, dados censitários de fontes de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE), além de sites e das fontes empíricas, a fim de analisar o êxodo rural.

As principais declinações analisadas no processo foram as migrações populacionais do meio rural para o urbano, em decorrência de fatores sociais, políticos e econômicos que envolveram indivíduos de várias faixas etárias e oriundos de diferentes localidades no município de Horizontina.

Segundo Cervo e Bervian (1983), os relatos de diferentes indivíduos caracterizam-se como parte do método dedutivo, que integram princípios verdadeiros que possibilitam chegar a conclusões formais que ajudem a explicitar os resultados alcançados em relação aos objetivos de uma pesquisa.

O estudo descritivo foi de suma importância neste trabalho, porque contribuiu para observar as características, propriedades e relações mais amplas com as existentes no município pesquisado, ao mesmo tempo que favoreceu para identificar estruturas, formas, funções e conteúdos dos quais são portadores os indivíduos e grupos relacionados a este estudo.

Segundo Gil (2002), este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa exploratória e explicativa. A pesquisa exploratória se destaca por propiciar a familiaridade do problema com o pesquisador e aprimorar ideias e descobertas. A pesquisa explicativa ajuda a identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos. O autor menciona que pesquisas desta natureza possuem caráter de pesquisa aplicada, cujas informações acerca do assunto em questão poderão ser utilizadas em estudos posteriores.

Esta pesquisa, ancorada em fontes bibliográficas, possibilita a obtenção de informações requeridas sob consultas a materiais já elaborados, conforme Marconi e Lakatos (2003). Os aspectos materiais deste estudo integram a pesquisa documental que utiliza dados estatísticos do município ou da região de abordagem da pesquisa. Neste caso específico, recorreu-se às fontes estatísticas e censitárias,

especialmente, àquelas levantadas pelo IBGE e pela FEE, para ancorar a análise da realidade observada a partir de dados secundários.

Na realização deste estudo, foi utilizada, de forma integrante, a abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Cortes (1998), uma única fonte de dados e o uso exclusivo de um método de análise não são suficientes para a comprovação de objetivos ou hipóteses traçados, independente do tipo de informação com a qual se deseja trabalhar. Desse modo, para Dias (2000), analisar dados com o uso de diferentes técnicas de forma combinada é importante quando o tema abrange aspectos amplos, como é o caso deste estudo.

A pesquisa qualitativa, para o mesmo autor, envolve um conjunto de procedimentos que dependem fortemente de análises estatísticas para suas inferências, ou de métodos quantitativos para a coleta de dados. A pesquisa quantitativa usa medidas numéricas para testar construções científicas e busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos, ao passo que a qualitativa examina aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo.

Segundo Neves (1986), o método qualitativo busca investigar a opinião de um dado público com relação a um produto, bem ou serviço. Os resultados ultrapassam aqueles baseados em dados numéricos e alcançam elementos mais subjetivos presentes em depoimentos e informações dos pesquisados.

O foco deste trabalho está baseado na compreensão do processo migratório e seus respectivos resultados. A forma qualitativa de análise dos dados foi a mais adequada, levando-se em consideração que o tema abordado possui aplicações que ultrapassam os dados objetivos que envolvem os atores sociais. Assim, este estudo necessitou de um levantamento de dados quantitativos que complementaram os qualitativos.

Para fins de delimitação do público do presente trabalho, levou-se em consideração que o número de migrantes entre 2000 e 2010 em Horizontina foi de 199 indivíduos (IBGE, 2012). Na realização desta pesquisa definiu-se uma amostra pelo método de acessibilidade, de acordo com Vergara (2004) onde foram selecionados 30 indivíduos para responderem ao roteiro de questões que integrou entrevistas semiestruturadas, com base nos seguintes critérios: a) 50% de mulheres e 50% de homens que deixaram o meio rural entre 2000 e 2010; b) pelo menos 50% tenham saído do interior entre os anos 2000 e 2005; c) procedência de diversas

localidades do interior do município; d) indivíduos que contemplem diferentes faixas etárias.

A aplicação do roteiro de entrevistas ocorreu no espaço urbano do município de Horizontina, com homens, mulheres e jovens que migraram do meio rural no período delimitado desta pesquisa e que se dispuseram a integrar o universo de famílias contempladas por este estudo em conformidade com os critérios referidos. A população com a qual a pesquisa trabalhou na coleta dos dados primários foi composta por agricultores familiares que migraram para a cidade. A coleta de dados foi efetuada através das entrevistas individualizadas por acessibilidade segundo Vergara (2004) , ou seja, foram selecionados os indivíduos pela facilidade de acesso a eles e também através da consulta às fontes oficiais de pesquisa e estatística e às fontes secundárias junto às instituições locais. O material foi devidamente armazenado, através de registros manuais.

O roteiro orientador das entrevistas foi elaborado com questões objetivas e subjetivas. A coleta de dados da pesquisa foi realizada na casa de cada um dos indivíduos entrevistados, no período de 15 de julho a 30 de agosto de 2012, mediante agendamento prévio. Optou-se por visitar cada indivíduo em sua casa por entender que as entrevistas nas próprias residências os deixariam mais à vontade, por estarem em seu meio natural e porque seria difícil se deslocarem, caso as entrevistas fossem realizadas em outros locais.

O roteiro de questões buscou abranger alguns temas centrais que possuem estreita relação com os objetivos da pesquisa, que serão analisados nos próximos capítulos. Para isso, foram organizadas questões referentes ao período anterior e posterior à migração, conforme pode ser verificado no roteiro das perguntas que se encontra no apêndice A. Esse roteiro possibilitou identificar as principais causas e consequências da migração, que pode também ser chamada de desruralização.

A análise de conteúdo, conforme (GUERRA, 2006), limita-se a contar o que nos foi contado, considerando que a palavra dos interlocutores é transparente e que essas narrações exemplificam situações típicas. Para Calixto (2011), a análise de conteúdo é uma técnica que permite a classificação de frases, palavras ou partes de textos para a posterior quantificação e verificação da frequência, das características e particularidades, de acordo com o tema em estudo. Esta técnica é definida por Bardin (2004) apud Calixto (2011, p. 13) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Freitas, Cunha Júnior e Moscarola (1997) apud Calixto (2011, p.17) argumentam que “as categorias devem ter origem no documento objeto de análise ou em certo conhecimento geral da área do conhecimento ou da atividade na qual se insere”. As unidades de análise escolhidas formam as sentenças que qualificam o estudo, conforme cada categoria estabelecida.

Para a tabulação dos dados, primeiramente foram transcritas integralmente as entrevistas. Em seguida, tais dados foram organizados, com o auxílio de tabelas e gráficos, que facilitaram a disposição e análise dos resultados obtidos para a sua posterior apresentação pública sobre a visibilidade da realidade migratória no município de Horizontina e dos diversos fatores que incidem sobre a mesma no decorrer dos últimos anos. Esse exercício permitiu a elaboração de algumas inferências a partir do vasto material empírico e sua relação com a revisão bibliográfica.

3. PROCESSO MIGRATÓRIO E SUAS IMPLICÂNCIAS NA AGRICULTURA

Na presente seção é feita uma contextualização do êxodo rural com base em estudos e informações disponíveis sobre esse tema no Brasil. Utilizam-se estimativas, dados e taxas que embasam este estudo no campo das migrações em âmbito nacional e estadual.

3.1 Agricultura familiar e a migração

A agricultura brasileira, mais precisamente a partir da segunda metade da década de 1960, sofreu intensas transformações na sua base técnica as quais se originam, principalmente, do processo de expansão das relações capitalistas (SILVA, 1995). Esse fenômeno de mudanças se deve, em grande parte, aos processos de intervenções estatais na assistência técnica, na implantação de políticas agrícolas, com subsídios de créditos na pesquisa, bem como, na criação de políticas públicas que dinamizam a produção agrícola. Porém, existe uma série de dilemas, entre os quais se destacam a crise do meio ambiente, a pobreza, a inclusão econômica e a insegurança alimentar e nutricional, que ainda requerem maiores articulações e ações nas esferas governamentais e sociais (MIELITZ NETTO et al, 2010).

Neste capítulo, faz-se uma abordagem sobre a agricultura com o foco no êxodo rural, contribuindo para atender ao primeiro objetivo específico que busca contemplar um diagnóstico da realidade da migração rural-urbano no Brasil.

Conforme Souza (2007), existe uma correlação positiva entre o crescimento dos demais setores e o crescimento agrícola, de modo que, por meio de um efeito multiplicador, o desenvolvimento do setor agrícola ascenderia a um crescimento geral da economia. Em decorrência disso existiria uma mudança estrutural, e a participação do produto agrícola no produto total cairia ao longo do tempo. Ademais, a própria agricultura tornar-se-ia responsável pelo aprofundamento desse diferencial em suas atividades industriais e agrícolas. Dessa forma, a modernização industrial iria deparar-se com as suas origens na contribuição da agricultura perante o desenvolvimento econômico.

De acordo com o mesmo autor, existe um encadeamento entre a agricultura e os demais setores da economia que se deriva, principalmente, de cinco funções básicas:

- 1ª Liberar mão-de-obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos, a fim de não deprimir a taxa de lucro e assegurar a acumulação contínua de capital;
- 2ª Fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, à medida que a demanda cresce com o desenvolvimento e a intensificação do processo de urbanização;
- 3ª Gerar divisas estrangeiras, por meio da exportação de produtos agrícolas, para financiar o desenvolvimento, adquirir importações e amortizar a dívida externa;
- 4ª Transferir poupanças para inversões na indústria e para a implantação da infraestrutura econômica e social;
- 5ª Constituir mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos (SOUZA, 2007, p. 201).

De acordo com Schneider e Fialho (2000), a formação dos complexos agroindustriais e os processos de transformações da base tecnológica na agricultura brasileira e na agricultura gaúcha são amplamente discutidos desde meados da década de 1960. Além de eles relacionarem a pobreza rural com a Revolução Verde, que embora tenha oferecido tecnologias para atingir maior eficiência na produção agrícola, como a modernização e o aumento da produtividade, não solucionaram vários problemas sociais, provocou a expulsão de agricultores familiares de sua propriedade, favoreceu a concentração de renda rural, o aumento das desigualdades e, como consequência, a exclusão do homem do campo.

Já para Silva (1995), a pobreza no meio rural deve ser analisada a partir das transformações estruturais que atingiram os agricultores em larga escala e explicitaram as disparidades no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na mesma linha, Souza e Costa (2008) reconhecem que o problema é de natureza estrutural, resultante da disparidade e da isenção das populações rurais mais vulnerabilizadas. Salientam, ainda, que o nível de pobreza em que se encontra parte da população rural coincide, em grande parte, com o insucesso da modernização produtivista da agricultura. Aos pequenos agricultores restou inserirem-se nesse processo, através da busca de oportunidades melhores fora da agricultura, trabalhando na indústria e no emergente setor de serviços.

Os mesmos autores entendem que a pobreza rural, atualmente, está relacionada com uma série de problemas como a reforma agrária, o cuidado do meio

ambiente, o abastecimento alimentar, a violência urbana, a pressão demográfica nas cidades grandes, bem como o crescente nível de desemprego nos setores urbano-industriais (SOUZA; COSTA, 2008).

Para Schneider e Fialho (2000), a melhor estratégia ainda seria manter os pobres no campo, como uma forma de amenizar a sangria demográfica que tem como implicação o inchaço populacional das grandes cidades. Na mesma ótica, Souza (2007) acredita que cada vez se torna mais necessário o uso de medidas complementares como a concessão de créditos, a extensão rural e investimentos em infraestrutura voltados à agricultura para amenizar a pobreza no campo. O acréscimo na produtividade agrícola ajudaria a reduzir as migrações rurais, melhoraria a distribuição de renda e resultaria na diminuição da pobreza absoluta.

De acordo com Silva (1995), por volta de 1970, uma das principais alternativas que restavam aos pequenos agricultores, diante da exclusão social, estimulados pelas perspectivas de melhores condições de vida e trabalho, era migrar para o meio urbano. O autor entende que a migração contribuiu para várias mudanças no perfil das ocupações urbanas, que antes eram basicamente compostas por vagas de emprego que não exigiam muita qualificação profissional, facilitando o emprego para aqueles migrantes vindos do campo. Porém, atualmente, em razão das crises advindas dos setores ocupacionais, como a construção civil e a indústria de transformação, o mercado de trabalho urbano está deixando de ser uma alternativa de inserção social.

O modelo de modernização no Brasil, todavia, não foi espontâneo, mas sim provocado, principalmente pela ação do Estado e do *lobby* da indústria de insumos e implementos agrícolas. Assim, caracterizou-se como uma modernização de mudanças técnicas e sociopolíticas, porém nem sempre benéficas para as camadas sociais mais desfavorecidas, apesar de existirem estímulos públicos para os agricultores adotarem tecnologias e se modernizarem para sobreviver com melhores condições em um ambiente de concorrência (MIELITZ NETTO et al, 2010).

Para Maluf e Menezes (1996, p. 9), “o modelo de desenvolvimento agrícola, no Brasil, consolidou um dos mais altos índices de concentração do uso da terra em todo o planeta”. Como resultado, cerca de 30 milhões de pessoas abandonaram o campo desde a década de 1960, por não terem condições mínimas de sobrevivência diante de um modelo voltado à produção em grande escala.

Na mesma linha de pensamento, Moreira e Sene (2009) afirmam que as situações das atividades agrícolas, nos últimos tempos, tornaram-se relativamente complexas e desiguais, devido aos resultados da ação humana sobre a natureza. Elas tornam o uso do espaço rural ativo e o alternam com o tempo, provocando alterações ecológicas, tecnológicas e econômicas. Nessa ótica, Maluf e Menezes (1996, p. 9) afirmam que “em torno de 4,8 milhões de famílias formam hoje o contingente de sem-terra, passando fome e sem quaisquer alternativas para poderem viver uma vida digna”.

Complementando a ideia, Almeida et al. (1996) apud Menegetti (2009), citam as seguintes razões pelas quais a agricultura familiar possibilita melhorias na sustentabilidade: equilíbrio entre econômico, social e ambiental, combinando o trabalho e a organização profissional; funcionamento econômico no atendimento das necessidades das famílias e na manutenção do potencial produtivo da terra, esta percebida como um patrimônio e só como maximização do capital e do lucro em curto prazo.

No Brasil, o conceito de agricultura familiar ainda é recente. Antes se falava em pequeno agricultor ou em pequena propriedade ao invés de agricultura familiar. Esse termo foi inserido na sociedade, graças aos movimentos sindicais, ocorridos a partir da década 1990, pela necessidade de se unificar uma série de novas identidades sociais que reivindicavam um novo modelo organizativo que pudesse dar conta de diferentes temas, tais como: estímulo à organização de agroindústrias, dimensões ambientais da produção agrícola, alternativas de comercialização e a educação profissional e formal dos jovens do campo (SIQUEIRA, 2006).

Para Schneider (2003), as discussões e os estudos referentes à agricultura familiar nasceram a partir do processo de uniformidade econômica e social do MERCOSUL, ligados aos choques dos movimentos sociais, promovidos pelo sindicalismo rural. No processo de modernização da agricultura, os pequenos proprietários corriam o risco de ficarem de fora de questões que lhes diziam respeito, como a sua integração nos espaços de produção agropecuária.

Conforme a Lei Federal 11.326¹ considera-se empreendedor familiar rural e agricultor familiar àquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

¹ Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família
- (BRASIL, 2006, art. 3).

Através dessa lei, o desenvolvimento do país distingue a importância da agricultura familiar e, conseqüentemente, sua identidade fica evidenciada e fortalecida. A mesma lei estimula a ampliação de condições de renda familiar e novas oportunidades de trabalho para as famílias envolvidas, melhorando desta forma, a oferta de alimentos para o autoconsumo e em âmbito regional e nacional.

De acordo com Maluf (1999), a vocação da agricultura familiar é produzir os principais alimentos que são disponibilizados para o consumo humano como a mandioca, feijão, milho, leite, carne bovina e suína, trigo, arroz, aves, café, mamona, hortaliças e fruticulturas, e não produzir em grande escala que vise à exportação e à produção de agro combustível.

Frente a esse cenário, o censo agropecuário de 2006 aponta que a agricultura familiar brasileira é responsável por quase 80% da produção dos alimentos que compõem a cesta básica, conforme mostra a tabela a seguir.

Quadro 1 - Principais produtos da cesta básica produzidos pela Agricultura Familiar em 2006

Alimentos que compõem a Cesta Básica	%	Alimentos que compõem a Cesta Básica	%
Suínos	52	Uva	47
Aves e Ovos	58	Trigo	46
Leite	24	Soja	32
Mandioca	84	Arroz	31
Feijão	77	Laranja	25
Cebola	72	Café	25
Banana	58	Cana-de-açúcar	10
Milho	49		

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

A partir dessa base, Souza Filho e Batalha (2005) entendem que o maior gargalo relacionado à agricultura familiar está na dificuldade de comercializar os produtos *não-commodities*, tornando-se necessária a criação de estratégias para o

escoamento, a fim de fortalecer a atividade e minimizar os entraves encontrados. Para eles, uma estratégia que pode ser utilizada é o uso de canais de comercialização que atendam uma demanda específica do mercado-alvo, cujos canais de distribuição podem ser representados como um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo. Esses canais não só satisfazem a demanda, mas também são importantes para estimulá-la.

Para Moreira e Sene (2009), a agricultura que necessita de um tratamento extensivo é aquela que possui baixa produtividade e sustentabilidade, sendo comum no decorrer do tempo, em que os proprietários ou arrendatários voltam-se para suas próprias necessidades, ou seja, produzem para sobreviver. Na falta de recursos e assistência técnica, ocorre a diminuição no rendimento da terra, induzindo a família ao desmatamento de áreas para acelerar o plantio, o que, por sua vez, também aumenta as pressões e conflitos socioambientais.

Constata-se que a manutenção da agricultura familiar torna-se mais difícil à medida que se intensifica a exploração dos recursos naturais não renováveis, com o aumento do uso de fertilizantes derivados do petróleo e agrotóxicos diversos. Nesse contexto, a redução da biodiversidade e a exclusão social de um enorme contingente de famílias agricultoras, segundo Brugnera et al. (2008) está destinada ao término, num curto período, se forem mantidos os mesmos níveis de produção e consumo desses recursos não renováveis.

A agricultura convencional ou moderna é insustentável, segundo estudos realizados por Toscano (2003), por degradar as bases de recursos naturais, gerar desequilíbrios irreparáveis sobre os ecossistemas, por provocar a multiplicação de pragas e a esterilização dos solos, bem como a poluição das águas, o assoreamento de rios, a contaminação dos alimentos e o envenenamento dos trabalhadores rurais. Assim, a busca por rumos alternativos para o desenvolvimento sustentável e para a agricultura, torna-se uma necessidade socioambiental fundamental para a manutenção da vida dos agricultores (COSTABEBER, 2009).

Conforme Schneider e Radomsky (2008), os trabalhadores rurais optam em deslocar-se do campo para a cidade com o objetivo de alcançar melhores perspectivas de futuro para suas famílias. No campo ocorrem muitos desgastes naturais e psicológicos que incorrem na desmistificação desses meios. Na mesma linha, Miranda (2007) entende que, com a migração dos agricultores para a cidade, em ambos os meios ocorrem prejuízos, porém o mais afetado com esse processo é

o meio urbano, que sofre com a diminuição dos produtos agrícolas e o decréscimo da arrecadação de impostos oriundos da produção agrícola.

Segundo Moreira e Sene (2009), é necessário conhecer, com profundidade, as causas e consequências do êxodo rural, para que se torne possível encontrar resultados que revertam essa situação. Ainda assim, é de fundamental importância valorizar as propriedades rurais e os indivíduos que ali atuam, criando condições que resultem em satisfação pessoal e familiar para que, dessa forma, a agricultura esteja propensa a continuar e ou retornar a caminhar de forma adequada e organizada.

Faria (2009) afirma que, no Brasil, o êxodo rural contribuiu para com o crescimento desordenado dos centros urbanos. As cidades não conseguem fornecer as condições necessárias devido ao grande número de migrantes e estes, por sua vez, não são qualificados da maneira que o mercado de trabalho os busca. Por esse motivo, o sonho de muitos agricultores de alcançar melhores condições de vida e modificar seu panorama de trabalho acaba frustrado e contribui para a ocorrência de níveis de desorganização que desencadeiam agravantes irreversíveis.

Miranda (2007) explica que o crescimento das indústrias está diretamente relacionado com a migração de habitantes do campo para a cidade, quando em determinados períodos do ano, a quantidade de vínculos empregatícios ofertados é superior a outros períodos, porém estes períodos não são duradouros.

Moreira e Sene (2009) ressaltam que o cooperativismo é o melhor caminho para o desenvolvimento rural, atuando como forte aliado dos agricultores na exploração de suas atividades, através de sociedades de pessoas sobre determinado produto ou capital, que prestam serviços ao cooperativado. Essa é uma forma adotada que tem ajudado o crescimento da produção de pequenos e médios produtores, com excedentes exportáveis; quebrando, assim, uma barreira em que um só produtor dificilmente daria conta de produtos para exportação.

Souza e Costa (2008) relatam as alterações que ocorreram nas relações de trabalho no campo, passando da agricultura tradicional para a agricultura moderna. A concentração de terras nas mãos de poucos ocasionou a saída de agricultores do campo para as cidades, o declínio dessa população aumenta a cada dia, pois a pressão econômica é muito forte sobre os pequenos proprietários, obrigando-os a rumar para as áreas urbanas. Isso tem contribuído para superlotar algumas cidades e modificar os arranjos urbanos brasileiros nas últimas décadas, de modo que ocorre

uma passagem de um país rural e agrário para um país cada vez mais urbano e industrializado.

3.2 Migração, meio rural e meio urbano

O deslocamento de indivíduos do campo para as cidades faz parte da história da humanidade desde que começaram a se constituir os povoados e cidades. Ele é caracterizado como um movimento populacional que se dirige de uma região para outra. Geralmente ocorre porque as pessoas não encontram oportunidades sociais e econômicas ou por fatores culturais e políticos, que são compreendidos no Brasil como êxodo rural ou movimento migratório (SANDRONI, 2004).

De acordo com Vieira e Rangel (1985), o deslocamento populacional possui várias causas, entre as quais se encontram o desejo de algo novo, o descontentamento econômico, a busca pelo lucro financeiro, um emprego mais favorável, um modo de vida melhor ou ainda uma melhor moradia. Esse processo de migração pode ser interno ou externo, definitivo ou temporário, dependendo da necessidade e dos objetivos de cada grupo populacional. Assim,

a mobilidade das frentes de expansão da dinâmica populacional procura uma mais adequada interação com o meio natural, principalmente considerando as aptidões e preferências produtivas de cada grupo. Daí se explicam maiores ou menores densidades da população em relação às diversas paisagens regionais (VIEIRA; RANGEL, 1985, p. 70).

Todavia, o movimento migratório causa diversas implicações tanto nas áreas de recepção como nas áreas de origem. Nas áreas de recepção, ocasiona o crescimento do meio urbano, ou seja, aumenta a taxa de urbanização. Ademais, ocorre o povoamento de novas áreas, o desbravamento de novas terras, com dificuldades de adaptação ao novo meio. Nas áreas de origem ocorre uma redução da população, que ocasiona o esvaziamento do meio rural, assinalado como êxodo rural (HERMES; VALENTE, 2006).

Para Singer (1976), o problema do êxodo rural é consequência da mecanização do campo, que propicia a saída de indivíduos do meio rural em direção ao meio urbano, em busca de melhores condições de vida, ou pela falsa ilusão de que o modo de vida na cidade seria mais fácil. Conforme este autor (1976, p. 129), “a mecanização da agricultura está historicamente ligada à redução da força de

trabalho empregada na agricultura. Ela se desenvolveu em primeiro lugar nos Estados Unidos e estava ligada à redução da mão de obra agrícola naquele país”.

Outro fator relevante na migração é a carência de investimentos voltados para a área agrícola, que faz com que o agricultor se desestimele perante inúmeros problemas que tem de enfrentar com a insuficiência de subsídios do governo. Já os aposentados do meio rural migram para o meio urbano em busca de melhoria no acesso aos serviços, em razão de sua idade avançada (HERMES; VALENTE, 2006). Conseqüentemente, seja por falta de incentivos no setor agrícola ou pela busca de melhoria dos serviços, os agricultores migram para o meio urbano, gerando uma massa de desempregados sujeitos a trabalhos com baixa remuneração e expostos a diversos desafios como: infraestrutura, habitação, saneamento básico, transporte, desemprego, entre outros (SOUZA, 2007). Nessa perspectiva, Oliven (1992) pondera a migração campo-cidade como um fenômeno que coloca indivíduos do meio rural em confronto com indivíduos do meio urbano, em que os migrantes correm o risco de não se adaptarem às condições de vida urbana, muitas vezes, implicando na decadência de seu padrão de vida.

Na ótica de Lee (1980), pode-se considerar migrante todo indivíduo que, de forma racional, após avaliar o custo-benefício do movimento, decide se empreende ou não o deslocamento. Para ele, a migração é a

mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna (LEE, 1980, p. 99).

Simmons (1991), porém, defende que as migrações estão definidas em termos muito amplos e que, por consequência, poderiam estar incluindo uma gama de fenômenos muito distintos entre si. Ademais, nenhuma elucidação daria conta de abarcar a todos esses fenômenos. Desse modo, a saída seria recorrer para o uso de tipologias descritivas, de forma a isolar o fenômeno e interpretá-lo no marco da análise que se ajustasse a cada caso específico (SIMMONS, 1991).

Para Singer (1980), o processo migratório - em que a dimensão de classe social replica aos processos sociais, políticos e econômicos ao migrar - é social. Por isso, “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de

um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980, p. 217).

A partir dessa base, Domenach e Picouet (1990) reivindicam maior clareza nos enfoques que tratam do processo migratório, apartando aspectos relacionados com os conceitos e a realidade social. Eles acreditam que a análise migratória tenderia ao pluralismo dos métodos e teorias. Nessa linha, não existe um critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Porém, para delimitar o que se entende por meio rural e meio urbano, existem diferentes conceituações no Brasil. Como não se trata de fazer um estudo exaustivo desses conceitos, nesta pesquisa se utiliza a compreensão desenvolvida a seguir.

Conforme Cruz Rocha (2012), neste último meio século, o meio rural experimentou mudanças muito importantes em todos os continentes e seus efeitos se mostram de forma muito diversa em cada região e país. Entretanto, elas guardam características gerais, em comum, que podem ser assim expressas:

- a) Demográficas: como resultado do êxodo maciço nos anos sessenta e setenta, tanto na Europa como na América, e o fenômeno da "contra-urbanização" em alguns países europeus nos anos setenta.
- b) Econômicas: que se originam pela queda da agricultura e, em alguns países, pela nova visão que o mundo urbano tem do meio rural, dando lugar a uma maior diversificação.
- c) Institucionais: devido à descentralização política que pretende dar poder ao local e o regional, obviamente com desenvolvimentos desiguais nos diferentes países (CRUZ ROCHA, 2012, p. 01).

Segundo o mesmo autor, essas mudanças ocorreram, especialmente, devido à queda do papel da agricultura na geração do Produto Interno Bruto das economias nacionais e à intensa urbanização que ocorreu de forma mais ou menos generalizada. Elas foram impulsionadas pelo modelo de industrialização que acelerou a urbanização, através de inovações tecnológicas que poupam mão de obra com a introdução de capital mecânico e também racionalizam o uso da terra com a intensificação de produtos químicos e biológicos (CRUZ ROCHA, 2012).

Em decorrência dessas mudanças, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1997) define zona urbana como toda sede de município e de distrito, independentemente do tamanho da cidade e da quantidade de habitantes. E mais, entre as características básicas de uma zona urbana podem-se destacar os edifícios, habitações, meio-fio, calçadas, rede de iluminação, serviços de saúde,

educação, saneamento ambiental, lazer, entre outros. Ainda ressalta que se faz necessário, no ambiente urbano, levar em consideração as pessoas e os domicílios recenseados em conformidade com a legislação que define o predomínio de área urbana distinta da zona rural, cabendo a cada município determinar onde fica a zona rural e a zona urbana, de acordo com o que determina a lei.

A partir dessa base geral, pode-se definir o meio urbano como um “conjunto de regiões ou zonas com atividades diversas (pequenas e médias indústrias, comércio e serviços), nas quais se assentam povos, aldeias, pequenas cidades e centros regionais, espaços naturais e cultivados” (CRUZ ROCHA, 2012, p. 01).

Schneider (2011) acentua que o rural está cada vez mais marcado por uma multiplicidade de atividades, de modo que os agricultores familiares produzem suas rendas a partir do que se chama de pluriatividades, ou seja, a conjugação de atividades agrícolas e não agrícolas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para efeito de uma delimitação mais técnica, entende que as áreas rurais envolvem populações e domicílios em todos os locais situados, além dos limites propriamente urbanos. É desse meio que emigram as pessoas aos centros urbanos em busca de formas de vida que satisfaçam seus anseios.

A definição de meio urbano ou zona urbana encontra um respaldo em um artigo do Código Tributário Nacional que afirma:

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado (BRASIL, 1966, art. 32).

Essa definição, de quase meio século, já sofreu diversas alterações legais, mas sua essência continua expressando os elementos centrais que conformam uma zona urbana. Ela explicita que a área urbana de um município se caracteriza pela edificação contínua, mas também pela existência de um conjunto de serviços e equipamentos sociais que são destinados ao exercício de funções urbanas básicas

como: habitação, trabalho, recreação, educação, indústria, comércio e circulação de bens e serviços diversos.

Um terceiro conceito, que cabe explicitar nesta pesquisa, é o que se entende por êxodo rural ou desruralização. Conforme Arraiolos (2012), êxodo designa o movimento migratório de abandono do campo em direção à cidade, por parte das populações que residiam no campo.

O autor destaca que este termo tornou-se mais conhecido, especialmente a partir da segunda metade do século XX, com a introdução de máquinas e equipamentos na agricultura, resultando em grande número de agricultores que abandonaram os campos em direção às cidades em busca de trabalho nas indústrias em plena expansão.

No caso brasileiro, o fluxo migratório mais intenso de êxodo rural ocorreu na segunda metade do século XX, com a inversão do número de pessoas que viviam no campo pelo número de pessoas que hoje vivem nas zonas urbanas. Esse movimento migratório do campo para as cidades está diretamente associado à busca de melhores condições de vida por parte da população, mesmo que tais expectativas nem sempre se realizem.

Desse modo, ao analisar a migração ou, mais especificamente, o êxodo rural, ocorrido ao longo de uma década, como é o caso desta pesquisa, levam-se em conta essas definições que orientam a compreensão do que se entende por meio rural e meio urbano e a mobilidade social que se desenvolve entre esses dois espaços. O próprio termo êxodo rural já traz em sua raiz a designação de movimento ou saída de uma situação de vida, geralmente difícil, para uma situação que seja mais favorável para se viver, mesmo que esta seja apenas hipotética.

3.3 Fatores implicados na migração do campo para a cidade

Nos últimos cinquenta anos, a população brasileira inverteu sua localização de residência. As principais trajetórias das migrações das décadas abordadas remetem a algumas evidências. A partir de 1950, grande parte dos migrantes, com quantidades expressivas de filhos, abandonou o campo e foi para as cidades em vista de buscar um maior desenvolvimento, de modo que no ano de 2000, 85% da população total brasileira residia no meio urbano (FANTIN, 2003).

De acordo com Schneider e Fialho (2000), uma das facetas da migração está relacionada à pobreza rural, que está ligada ao desenvolvimento do capitalismo no campo e resulta de um processo de exclusão social. Segundo esses autores, desde a primeira metade do século XX, o desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul se encontrava entre os mais modernos no Brasil. Disso resultou um rápido incremento da utilização de equipamentos agrícolas, sendo que um dos indicadores mais significativos entre 1920 e 1940 foi o número de tratores existentes no Estado, que passou de 817 para 1.104 unidades, utilizados em diferentes culturas; acelerando, desse modo, o ingresso de formas de produção capitalistas. E Silva (1995) acrescenta que após o final da II Guerra Mundial a triticultura foi um dos principais cultivos que colaborou na agricultura do Rio Grande do Sul, pois a mesma acelerou o processo de transformação tecnológica.

Porém, no período de 1950 a agricultura gaúcha ficou estagnada, porque a fronteira de terras agrícolas do Estado havia sido totalmente ocupada, fazendo com que muitos gaúchos migrassem para outros Estados. Dessa forma, o arroz e o trigo, que eram as culturas mais desenvolvidas do Estado, sofreram uma série de problemas em relação a sua competitividade, já que os incrementos de produtividade e a concorrência com produtos estrangeiros não eram compensados pelos preços de venda do produto (PRESSER, 1978).

Essa situação apadrinhou a acelerada difusão da soja em praticamente todas as regiões agrícolas do Rio Grande do Sul, de acordo com Conceição (1984), registrando uma nova fase no desenvolvimento da economia gaúcha com o cultivo da soja. Entre o período de 1968 a 1981, a difusão acelerada do cultivo da soja apresentou um aumento de 2.188% na quantidade produzida e 1.075% na área cultivada.

Na década de 1960, a região brasileira que mais expulsou pessoas do campo foi o Sudeste, com cerca de seis milhões de pessoas que abandonaram o meio rural. Conforme Magalhães (2001 apud MENEZES, 2008), este movimento deve ser atribuído às mudanças técnicas que ocorreram na agricultura da região. Nos anos 1970, as regiões que contribuíram de forma mais significativa para com o êxodo rural foram o Nordeste e o Sudeste, onde o mercado urbano se tornou expansivamente atrativo. A região Sul também representou uma grande fatia neste processo, atribuindo o êxodo rural à repulsão das técnicas de produção e medidas poupadoras de mão de obra (ARAÚJO, 2002 apud MENEZES, 2008).

No final década de 1970, um elevado número de colonos viu-se obrigado a deixar a agricultura e buscar alternativas para desempenhar suas atividades, tendo como causa principal a impossibilidade de incorporar a tecnologia e adequar-se a esse padrão produtivo que passou a vigorar (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Outra estratégia usada pelos pequenos proprietários foi a migração para os centros urbanos, com o deslocamento de milhares de sem-terra, arrendatários, meeiros e colonos, especialmente para a região calçadista do Rio Grande do Sul, mas também para outros estados (SCHNEIDER, 1999).

Não foram somente os processos produtivos que sofreram impactos sobre as transformações estruturais ocorridas. A expulsão de pequenos agricultores do meio rural, o processo de modernização da agricultura e algumas desconformidades sociais emergentes dali, também contribuíram para alterar o modo de vida dos colonos do Rio Grande do Sul, bem como, a própria geografia agrária (SILVA, 1995).

Na década de 1980, segundo Vale e Bastos (2001), o padrão que emperrou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro Oeste respondeu, em grande parte, pelo seu esvaziamento demográfico rural. Aquela região e o Nordeste colaboraram expressivamente para com o êxodo rural, sendo que somente o Nordeste enviou cerca de cinco milhões de pessoas a outros estados, especialmente ao Sudeste brasileiro.

Os impactos da abertura comercial, que expuseram a competição dos produtos importados com a agricultura do Rio Grande do Sul, na maioria das vezes, subsidiados pelos seus países de origem, sofreram alterações nos mecanismos de financiamento, que, por volta dos anos de 1980 chegaram à agricultura por meio dos créditos agrícolas. Esses são os principais fatores do empobrecimento do setor agrícola em face das atividades econômicas. Na sequência, nos anos 1990, a desruralização teve como região ativa o Nordeste, com a expulsão de 1,2 milhões de indivíduos. Nesse mesmo período, as regiões Sul e Sudeste retrocederam na expulsão de pessoas do meio rural.

De modo geral, para Schneider e Fialho (2000), os avanços tecnológicos corroboraram para a ocorrência da deterioração nas condições de vida dos indivíduos residentes no meio rural, como por exemplo, a sangria demográfica que teve como consequência uma diminuição elevada da população rural, com um índice de 0,6% ao ano, no período de 1922 a 1997, quando a maioria destes indivíduos migrou para as cidades.

A diminuição da população rural é ainda mais significativa, nas famílias ocupadas em atividades agrícolas, no que diz respeito à dinâmica ocupacional, de acordo com Souza (2007), que está relacionada com as diferentes culturas que necessitam de forças de trabalho assalariado. Porém, a falta de emprego atingiu de forma direta os indivíduos que vivem do assalariamento agrícola.

Nesse contexto, o mercado de trabalho rural eliminou muitos postos de trabalho na década de 1990, principalmente, em razão da ampliação da modernização e o incremento de tecnologia no setor, conforme afirmam Avellar e Vilela (2006, p. 22), “apesar das dificuldades a taxa de crescimento real anual do PIB foi superior ao desempenho da economia brasileira”.

Na agropecuária, as importações tiveram impacto relativamente pequeno, ou seja, 235,7 mil postos de trabalho foram eliminados, apesar de terem afetado fortemente o emprego em alguns setores, tais como os do leite, arroz e do trigo. Já, o aumento das exportações foi responsável por 30,2% do total de empregos gerados pelo setor, com o restante ficando a cargo do crescimento promovido pela demanda doméstica. Os números demonstram que a eficiência técnica e, conseqüentemente, a renda dos trabalhadores do setor tem evoluído positivamente ao longo dos anos no Brasil (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Segundo Menezes (2008), o setor agropecuário nacional apresentou o fechamento equivalente a três milhões de postos de trabalho. Embora esse processo de ajuste do mercado de trabalho da agropecuária tenha se aprofundado nos últimos anos, em decorrência das mudanças tecnológicas, o número de pessoas ocupadas no setor, desde 2002, tem crescido. Segundo Schneider e Fialho (2000), o que está gerando novos postos de trabalho no meio rural do Rio Grande do Sul, não é mais a agricultura e, sim um conjunto de atividades que antes eram identificadas somente nos centros urbanos e que agora passaram a surgir no meio rural.

Na leitura de Mielitz Netto et al. (2010), outras formas de ocupação e atividades estão surgindo e contribuem de forma positiva no número de novas oportunidades de trabalho e, dessa forma, constituem novas perspectivas de emprego para quem reside na agricultura, mas que, por contingência ou opção, não trabalha no meio rural. A prestação de serviços, a agregação de valor aos produtos agrícolas e as manufaturas estão entre as principais atividades não agrícolas que mais crescem na agricultura gaúcha, em que a ocupação de mão de obra e o efeito sobre a renda são promissores (SCHNEIDER; RADOMSKY, 2008).

No período entre de 1981 e 1997, de acordo com Schneider e Fialho (2000), o número da população gaúcha com domicílio rural, exercendo atividades não agrícolas, elevou-se, registrando um aumento de aproximadamente 50 mil postos de trabalho. Já entre 1992 e 1997, as atividades econômicas que mais se desenvolveram estavam associadas aos setores de serviços e à agregação do valor dos produtos agrícolas. Esse crescimento, segundo estes autores, fez com que a agricultura gaúcha contasse com 67.500 pessoas que conjugavam a agricultura com outras formas de ocupações não agrícolas, podendo ser chamadas de “duplo-ativas”.

Além disso, conforme Mielitz Netto et al. (2010), essas novas formas de ocupação podem ser utilizadas como alternativas e estratégias para estancar a pobreza rural no Estado e, conseqüentemente, a migração. Ainda, de acordo com esses autores, as chances de reverter esse processo são pouco prováveis. Dito isso, a tendência é que continue essa relação inversa entre a agricultura e a produtividade do trabalho. Essa situação, contudo, não implica a diminuição da utilização de tecnologias, que poderiam condenar o setor agrário gaúcho. Entre as iniciativas implementadas pelo Estado, quando se trata de promover a redistribuição fundiária, sugeridas por Schneider e Fialho (2000), para amenizar a pobreza e a precariedade das condições de vida das populações rurais menos favorecidas, é o direcionamento de programas como o Pronaf e programas de incentivo a pequenas ou micro-agroindústrias rurais.

De acordo com Camarano e Abramovay (1999), é verossímil apresentar os fatores repulsivos do ambiente rural que induzem os indivíduos a saírem de lá. Estes dizem respeito ao desequilíbrio entre população e recursos disponíveis, escassez de terras e crises no campo, além de calamidades naturais. Porém, os mesmos autores destacam que entre os fatores atrativos do ambiente urbano, encontram-se as melhores possibilidades de alojamento, o acesso a diferentes mecanismos e possibilidades de melhores empregos e serviços.

Uma ênfase ressaltada por diversos autores acentua que os indivíduos que têm maior propensão a migrar para os grandes centros urbanos ou apenas para fora do ambiente rural são os jovens, que incorrem em menores quantidades de custos, tanto econômicos como psicológicos, mas também se deparam com a falta de renda sistemática (BRUMER; LOPES; SPAVANELLO, 2008).

Na mesma direção, Vale e Bastos (2001) constatam que as mulheres migram mais do que os homens. Os indivíduos do sexo masculino são instigados a permanecer no campo pelo trabalho que eles desenvolvem. Uma explicação para isso, conforme Velluto e Nomura (1999), é que as famílias incentivam mais as mulheres a estudar, criando perspectivas de melhores oportunidades fora do meio rural. Dessa forma, seria um equívoco afirmar que os homens não têm perspectivas de futuro fora do ambiente rural, mas sim, que o trabalho rural pressupõe a necessidade de maior força braçal e isso é um indicativo para que mais rapazes permaneçam no meio rural.

No entendimento de Portela e Vesentini (1995), o avanço do capitalismo cria a mecanização do campo, fazendo com que máquinas substituam a mão de obra humana, o que acarreta em desemprego e leva pequenas propriedades ao empobrecimento, em função da expansão das grandes propriedades rurais. Em suma, a razão básica da migração do campo para a cidade está ligada ao avanço do capitalismo no campo que, por sua vez, exerce pressão econômica e fomenta ilusões de uma vida melhor na cidade, que nem sempre se confirma.

Os agentes econômicos são mais amplos e apresentam características mais expansivas na implicação das migrações. Os fluxos migratórios relacionados a estes agentes estão refletidos em fatores que incluem a busca por melhores oportunidades de emprego e ou de remunerações mais atrativas, inovações tecnológicas e mecanização agrícola da produção rural que substituem a mão de obra. Ademais, as ocorrências de desastres naturais que repelem expectativas futuras de produções positivas e até mesmo da permanência no campo, além da baixa qualidade de ensino e das péssimas condições de infraestrutura e serviços precisam ser levadas em conta (SOUZA; COSTA, 2008).

Existem outros elementos estruturais que também explicam a ocorrência das migrações, como os avanços tecnológicos e a praticidade na acessibilidade a diferentes recursos no meio urbano (ASSENSIO, 2006 apud MIRANDA, 2007). Nesse contexto, ao analisar a realidade do Rio Grande do Sul, Schneider e Radomsky (2008) evidenciam que a redução da população rural gaúcha decorre da expulsão dos indivíduos ocupados em atividades agrícolas nas áreas rurais, onde predominam os cultivos de lavouras de milho, soja e fumo, caracterizando que a migração é associada aos monocultivos ou à produção que não possibilita ingresso constante de renda para as famílias.

Numa análise mais depurada da situação agrícola, Souza e Costa (2008) constataam que a insegurança da política agrícola é, especialmente, para aqueles produtores que se dedicam às culturas de subsistência, onde a falta de incentivos agrícolas está associada aos baixos preços dos produtos agrícolas. Além dos efeitos atrativos que os meios de comunicação apresentam sobre as cidades, consideradas como fontes de realização de desejos e de maior disponibilização de oportunidades, são os fatores relevantes e estruturantes que resultam no abandono do campo.

De acordo com o IBGE (2009), dos vinte municípios que compõem a região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, dezesseis encolheram na primeira década do terceiro milênio. A principal causa desse panorama localiza-se na escassez de vínculos empregatícios e nas crises frequentes que assolam a agricultura familiar. Nesses casos, em que os agricultores não possuem fontes diversificadas e permanentes de ingresso de renda, conforme já apontado por Schneider e Radomsky (2008), estas crises se fazem sentir de modo mais rápido e com efeitos mais nefastos, inclusive gerando novos migrantes diante de uma nova crise.

As diversas transformações que ocorreram no cenário agrícola e agrário nos últimos anos têm alterado também a própria estrutura populacional de quem vive neste meio. As relações e o modo de trabalho inferem na composição familiar das pessoas que vivem no campo, em que as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas para determinadas faixas etárias, fazendo com que o processo migratório do rural ao urbano e o envelhecimento da população tornem-se situações cada vez mais frequentes (AVELLAR; VILELA, 2006). Os mesmos autores entendem que o apoio à agricultura tem sido cada vez mais difundido. Apesar de tais esforços, eles não foram suficientes para reavivar a imagem de desolamento do rural ao meio urbano, com acentuado êxodo de jovens, demonstrando que o contato entre o campo e a cidade é cada vez mais absoluto e de complexa contenção.

Na mesma linha de pensamento, Weisheimer (2009) verificou que a agricultura é vista de forma negativa pelos jovens, quando comparada com outras atividades, principalmente, pelas moças. Entre os aspectos negativos se destacam a ausência de férias e de fins de semana livres, aliados a atividades agrícolas duras e difíceis, que submetem os trabalhadores ao frio e ao calor em situações difíceis e com rendimentos baixos e instáveis.

Cabe considerar que o meio urbano desperta em muitos agricultores, principalmente, aos mais jovens e àqueles com pequenas perspectivas de desenvolvimento no meio rural, ofertas de empregos e de elementos que os fascinam. É possível que, para muitos deles, o principal motivo que os induza a abandonar o campo não seja a vontade de viver na agitação das cidades, mas sim a impossibilidade de alcançarem seu desenvolvimento econômico através de atividades agrícolas que lhes garantam renda constante, conforme constatam Conti e Magri (2005) em estudos realizados sobre jovens no Rio Grande do Sul e no Oeste catarinense. Segundo estes autores, os jovens rurais, rapazes e moças, desejam frequentar ambientes e usufruir dos benefícios da modernidade que abrangem, indistintamente, jovens rurais e urbanos. No entanto, no meio rural, com maior frequência, eles são cerceados deste consumo por motivos de falta de renda estável, restando-lhes a migração como alternativa de acesso a recursos simbólicos e econômicos que fazem parte da constituição de sua identidade (CONTI; MAGRI, 2005).

Silvestro apud (2001) indica que, para alterar este quadro, um fator de extrema importância seria a exposição de uma inovação na política fundiária brasileira que rompesse com as fronteiras para milhares de jovens e agricultores de outras faixas etárias, possibilitando-lhes o desenvolvimento de atividades atrativas no meio rural, onde eles estão situados, auxiliando-os no aperfeiçoamento de suas vocações e desejos profissionais. Essa inovação pode derivar da concretização de uma verdadeira reforma na estrutura agrária, que proporcione para o agricultor uma melhor distribuição de terras, créditos agrícolas, capacitação e assistência técnica (SILVESTRO, 2001 apud WESZ JUNIOR et al. 2008).

Cabe ponderar que a modernização agrícola, em sua extensão, não abrange a todos e, muitos indivíduos permanecem excluídos, em detrimento do favorecimento dos interesses dos médios e grandes agricultores, que conseguem integrar-se aos modelos de produção relacionados aos padrões das empresas multinacionais. Como tem ocorrido na região Noroeste do Rio Grande do Sul e no município de Horizontina. Dessa maneira, os pequenos proprietários veem-se obrigados a migrar para as cidades, pois pesa sobre os mesmos uma pressão política de favorecimento direcionada para os agricultores com mais recursos econômicos (AVELLAR; VILELA, 2006).

Segundo Wesz Junior et al. (2008), as novas fronteiras do êxodo abarcam consigo situações que não podem ser alimentadas, pois sua evolução aponta para um caminho em que os trabalhadores rurais correm o risco de ficarem socialmente descaracterizados, seja por gênero, seja por oportunidades de emprego ou ainda por própria natureza funcional. Em meio as evidentes dificuldades que afetam atualmente a agricultura percebe-se que a modernização é um fator que favorece a exclusão dos pequenos agricultores e de seus sistemas produtivos, bem como das tecnologias mais automatizadas, que cada vez menos oferecem a utilização de mão de obra (MENEZES, 2004).

Dentre as consequências desse fenômeno migratório cabe ressaltar que seus resultados não apenas contribuem para o esvaziamento do campo como também as cidades precisam aprender a conviver com esses fatores que não só elevam o número da população residente, mas também trazem novas demandas de serviços ao poder público. A dinâmica de vida no meio urbano, com seu crescimento desordenado e diversos problemas decorrentes, é própria de processos de intensa mobilidade humana que atropela planejamentos urbanos em médio e longo prazo.

Além das consequências mais amplas que impactam na estrutura geral da cidade, segundo Menezes (2004), também estão aquelas relacionadas à diminuição da produção rural, à diminuição da mão de obra rural e à diminuição da produção agrícola, que acarretam uma elevação no custo de vida no meio urbano e ocasiona a desvinculação de quantidades relevantes de pessoas em busca de campos mais expansivos, com menores taxas de repressão e melhor qualidade de vida.

4. FATORES DE INFLUÊNCIA NA MIGRAÇÃO RURAL/URBANA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA

O município de Horizontina, conforme delimitação do IBGE (2012), integra a região fisiográfica do Alto Uruguai e faz parte da microrregião de Santa Rosa. Está situado na fronteira Noroeste, uma das últimas regiões de expansão migratória e de colonização do Rio Grande do Sul, cuja promoção ocorreu a partir de 1910 até 1940. O mapa a seguir localiza o município na região e no Estado.

Figura 1: Localização do município de Horizontina



Fonte: IBGE (2010)

A promoção desse município, conforme citado anteriormente, está fortemente ancorada em uma estratégia de desenvolvimento da região, promovida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, baseada na expansão da ferrovia de Cruz Alta a Santa Rosa e na promoção da colonização, como uma forma de distencionar as chamadas antigas colônias - como Caxias do Sul, Cachoeira, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul - rumo às novas terras (ZARTH et al., 1998). Em um período de aproximadamente três décadas, entre 1920 e 1950 toda região Noroeste foi povoada

por colonos de origem alemã, italiana e polonesa, deixando à margem os caboclos que historicamente ocupavam muitas dessas terras.

Este município está localizado há 540 km da capital do Estado, Porto Alegre, e possui uma área de 232,477km². Sua população soma um total de 18.348 habitantes, dos quais 3.779 residem na zona rural e 14.569 na zona urbana. A densidade demográfica deste município é de 78,92 habitante por km², o PIB per capita em 2009 atingiu o total de R\$ 27.797,08 e a renda per capita foi de R\$ 829,00 (IBGE, 2012).

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Horizontina (2012), este município apresenta um Índice de Gini de 0,59, o seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,792 e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico é de 0,796, o que é considerado pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) como bom, ou seja, é um nível de desenvolvimento médio.

O clima de Horizontina é do tipo subtropical-temperado, com temperatura média anual de 18°C, sendo que estas variam de 25° C a 39°C no verão e de 0°C a 15°C no inverno. Sua variação pluviométrica é de 1.500 mm a 1.800 mm, com aproximadamente 90 a 110 dias de chuva ao ano com uma umidade relativa do ar que varia entre 75 e 85%. Porém, nas duas últimas décadas a região Noroeste vem sofrendo uma defasagem pluviométrica, com estiagens relativamente frequentes e expressivo assoreamento dos rios devido ao desmatamento de suas encostas.

O município apresenta um bom aporte de recursos hídricos, com rios, lajeados, córregos e sangas. Os principais são o Rio Buricá e o Rio Pratos, que deságuam no Rio Uruguai. Esta paisagem favorece a disponibilidade hídrica, porém sem condições de navegabilidade, mas servem para a irrigação agrícola, o abastecimento da população e em pequena escala para atrações turísticas.

Quanto à cobertura vegetal, o município apresenta uma vegetação arbustiva, sem maiores áreas de reserva florestal. Entretanto, com frequência registram-se problemas ambientais, principalmente a poluição do lençol freático, devido ao uso de insumos químicos e agrotóxicos. A introdução do plantio direto contribuiu para diminuir a erosão do solo causada pelo seu revolvimento constante.

O relevo característico deste município é constituído por leves ondulações e coxilhas que variam entre acentuadas e leves, tendo como principal elevação o morro da Bela Vista, situado no distrito de Cascata do Búrica, com 418 metros e a

75 metros acima da altitude média do município, e a maior depressão é o vale do Lajedo Seco (IBGE, 2012).

O município faz parte da região COREDE Noroeste, que se caracteriza pelo bioma Mata Atlântica, com solos diversificados, com prevalência dos pertencentes às classes Neossolo, Latossolo, Gleissolo e Cambissolo. De modo geral são solos férteis, drenados e esporadicamente inundáveis, com cobertura arbórea densa e diversificada, com espécies propícias para múltipla utilização, embora em sua maioria já tenham sido desmatadas (IBGE, 2012).

Em 1927, chegaram ao atual município os primeiros colonizadores de origem alemã, italiana e polonesa, estimulados pelas políticas de imigração promovidas pelo governo Imperial que proporcionou um intenso processo de colonização das regiões Norte e Noroeste do Estado para satisfazer às necessidades daquelas novas gerações de colonos que haviam se instalado nas chamadas antigas colônias, que já não tinham mais espaço para se expandir em suas regiões. O governo investiu na infraestrutura, principalmente, nas ferrovias e nas estradas, fazendo com que a colonização fluísse rapidamente e, deste modo, favoreceu para que as emancipações político-administrativas de vários municípios, entre elas Horizontina, ocorressem num curto período de tempo.

O processo de colonização dessa região ocorreu através de campanhas de atração de colonos das colônias velhas com propagandas atrativas como esta destacada de um prospecto da época:

O solo, em sua quase totalidade, compõe-se de terra argilosa, fertilíssima e ubérrima, produtora de todas as culturas da lavoura tais como: o trigo, o milho, o centeio, o fumo que produz admiravelmente e é uma de suas principais fontes de riqueza, a vinha; toda a espécie de plantas forrageiras: alfafa, amendoim, batatas, mandioca, etc. (PINHEIRO MACHADO, 1995, p. 20).

Entre 1910 e 1940 não paravam de chegar colonos de várias regiões do Estado, que compravam lotes e se dedicavam na concretização de seus sonhos de prosperidade na terra própria. No início da colonização do município, conforme informações de alguns pioneiros que ainda vivem, os colonizadores temiam o chão vermelho - que significava terra de capim barba de bode e morada das formigas cortadeiras - e procuravam se estabelecer nas terras escuras que se localizavam em

direção ao rio Buricá, mas em poucos anos todo território do município foi povoado e cultivado.

Por Decreto Municipal de Santa Rosa, datado em outubro de 1937, a povoação foi elevada à categoria de Distrito, com o nome de Vila Horizonte, cuja instalação efetivou-se em janeiro de 1938. Em dezembro de 1953, ocorreu uma consulta plebiscitária que autorizou a criação do Município de Horizontina, cuja instalação ocorreu em 1955. Inicialmente o município continha uma área de 672km², que se reduziu, com a criação dos municípios de Tucunduva e, posteriormente, de Dr. Maurício Cardoso, restando a atual área de 231Km².

Os municípios que integram a região Noroeste apresentam áreas geograficamente pequenas e densamente ocupadas. Horizontina possui um total de 18.350 habitantes, apresentando a prevalência de população urbana com dinâmicas industriais e comerciais que estimulam sua urbanização (IBGE, 2010).

E de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o município é formado por pequenas propriedades rurais, e dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas, destacam-se a produção de grãos como a soja, o milho e trigo e também a produção leiteira (IBGE, 2012).

O município de Horizontina é considerado um dos municípios com melhores índices de desenvolvimento no nível de educação e de renda da Região Noroeste do Estado. Indústrias como a SLC (atual John Deere) e outras indústrias de máquinas e implementos agrícolas locais, conferiram ao Município a antonomásia de Berço Nacional das Colheitadeiras e Automotrizes (PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA, 2012).

4.1 A migração campo-cidade em Horizontina

Esta seção visa identificar e analisar as causas e as consequências do movimento migratório no município de Horizontina e fazer algumas inferências analíticas sobre os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada com indivíduos que migraram do meio rural para o urbano. Parte-se de informações obtidas através do trabalho empírico oriundo da coleta de dados *in loco* e sua subsequente organização e análise.

Faz-se necessário destacar que o universo da pesquisa abrange 30 indivíduos migrantes que responderam o roteiro de questões de entrevistas

semiestruturadas, com base nos critérios definidos na metodologia desta pesquisa. Dessa forma é procedente reconhecer que as variáveis: origem dos migrantes, profissão ou ocupação, idade, grau de escolaridade, condição de moradia, situação da residência, renda per capita, bens duráveis e participação política sejam indicadores importantes para caracterizar o grau de exclusão ou inclusão social desses migrantes. É sabido que há outros indicadores, mas para esse estudo elegeu-se estes como os mais relevantes de acordo com os objetivos da pesquisa.

O município de Horizontina teve um leve aumento populacional, passando de 17.699 habitantes em 2000 para 18.348 em 2010, de acordo com o IBGE (2012). Porém, qualquer prospecção em relação ao futuro da população rural do município seria mera especulação, conforme se pode observar nas tabelas e gráficos que ilustram o levantamento da pesquisa empírica com os indivíduos que migraram para a cidade no período de 2000 a 2010. O quadro, um tanto sombrio, não é apenas em relação ao número de habitantes e seus sucessores no meio rural, mas, sobretudo, em relação às suas percepções e expectativas sobre o rural e o urbano na atualidade.

O que os dados coletados revelam não é propriamente uma novidade, pois desde a emancipação político-administrativa de Horizontina pode-se perceber que houve um processo gradual de desruralização quase contínuo no município. De alguma forma, os dados estatísticos desse fenômeno migratório acompanham o que vem acontecendo em inúmeros municípios brasileiros e do Rio Grande do Sul, em razão das transformações socioeconômicas se mostram na passagem de um Brasil agrícola para um Brasil industrial, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1: Evolução das populações Urbana e Rural no município de Horizontina entre 1950 e 2010

ANO	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
1950	654	15.050	15.704
1960	2.802	16.770	19.572
1970	4.562	16.451	21.013
1980	11.756	12.709	24.465
1991	12.474	4.549	17.023
2000	13.721	3.978	17.699
2010	14.569	3.779	18.348

Fonte: IBGE, 2010.

O ciclo de crescimento nacional e local, também conhecido como ciclo da “Revolução Verde”, iniciou no começo da década de 1960 e teve seu declínio na década de 1980. O crescimento agrícola do período ocorreu, especialmente, em virtude do crédito barato facilitado por políticas públicas dinamizadas pelo governo federal. De modo mais amplo, foi um período forte de crescimento econômico no Brasil. Sendo assim o aumento populacional do município e o início de seu decréscimo coincidem com o mesmo período.

Os dados estatísticos permitem inferir que o território rural do município de Horizontina apresenta uma curva ascendente que se estendeu entre 1937, com a chegada dos primeiros colonizadores, até 1970. A partir daquele ano, iniciou-se o declínio da população rural do município que teve certo impacto com o desmembramento do município de Doutor Maurício Cardoso em 1987, mas que não parou de decrescer.

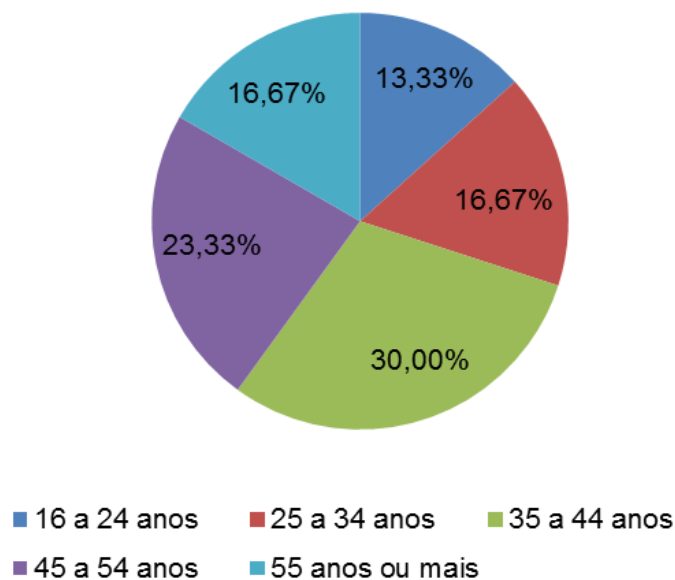
A década de 1980 foi literalmente marcada por um processo de esvaziamento do meio rural e, em grau menor, também da população urbana. Descontando-se toda a população de Doutor Maurício Cardoso, que atualmente soma 2.107 habitantes (IBGE, 2010), nessa década o meio rural horizontinense expulsou, pelo menos, 8.160 pessoas, o que representa quatro vezes o total da população de Doutor Maurício Cardoso. Coincidentemente, ao mesmo tempo em que na década de 1980 ocorreu a expulsão de 25,22% da população rural para o meio urbano,

também aconteceu a migração para fora do município e do Estado, diminuindo de 24.465 habitantes em 1980 para 17.023 em 1991, ou seja, o município perdeu 5.335 habitantes, além daqueles que passaram a pertencer ao novo município.

Se na década de 1990 o êxodo rural não foi tão expressivo, na década de 2000 a 2010 ele voltou a acentuar-se, baixando de 3.978 para 3.779 habitantes no rural em 2010. Cabe observar que a década de 1990 aparece como um vácuo na curva ascendente da migração rural urbana que teve um momento forte na década de 1980 e outro na década de 2000. Nota-se que entre 1991 e 2010 o fluxo migratório foi mais do rural para o meio urbano, e a migração para fora do município diminuiu significativamente, o que remete a observar, com mais atenção, quais os fatores atrativos que asseguraram maior número de migrantes na sede do próprio município. Tais fatores serão evidenciados no decorrer do texto.

Os dados obtidos com os indivíduos vindos do meio rural referentes à faixa etária dos 50% dos homens e dos 50% mulheres entrevistados apontam que a maioria deles possui entre 35 e 44 anos, conforme é possível observar na figura a seguir:

Figura 2: Faixa etária dos migrantes



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Um fato que despertou a atenção foi que 30% dos migrantes concentram-se na faixa etária entre 35 e 44 anos e o baixo índice de migrantes jovens, com apenas

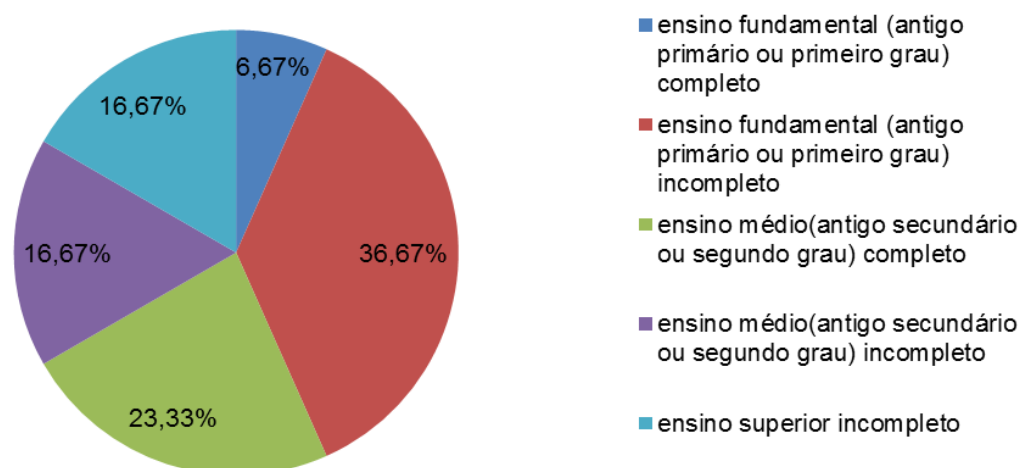
13,33% do total. Somando-se as faixas etárias que abrangem de 35 a 54 anos tem-se um total de 53,33% da população.

Os dados dão um indicativo de que os empregos urbanos estão entre os principais fatores que levam as pessoas a decidir pela migração. Isso vai ao encontro da análise de Avellar e Vilela (2006), que afirmam que as relações e o modo de trabalho inferem na composição familiar das pessoas que vivem no campo, onde as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas e suficientes para determinadas pessoas e, por isso, elas migram para buscar melhores alternativas de trabalho e renda.

Por outro lado, chama atenção que o percentual de pessoas acima de 55 anos é de 16,67%. Isso permite inferir que as pessoas com idade mais avançada apenas complementam o número de migrantes, porém apontando que a renda da aposentadoria é um incremento importante na renda familiar que funciona também como desinibidor da migração.

Sabe-se que a educação é um fator essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social. A análise dos dados revela baixa escolaridade da maioria dos migrantes e que a educação formal ocupa pequeno espaço em suas vidas, conforme revela a figura a seguir.

Figura 3: Grau de escolaridade dos migrantes



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Constata-se que grande parte dos entrevistados, mais precisamente, 36,67% possui um nível de formação muito baixo, ou seja, nem chegaram a concluir o

Ensino Fundamental. Somados com aqueles que apenas concluíram o Ensino Fundamental este percentual chega a 53,34%. Ao estabelecer uma relação entre o nível de escolaridade e a idade, identifica-se que 6,67%, geralmente constituídos por gerações jovens, estão cursando o Ensino Superior e buscam se qualificar para o mercado de trabalho, que, já não é mais na agricultura.

Não obstante, para promover o desenvolvimento econômico e social com incremento de renda das famílias migrantes, faz-se necessário um investimento forte em educação, inclusive avaliar as condições de adoção de educação diferenciada voltada à realidade rural. Como se verificou que o grau de escolaridade concentra-se nas séries iniciais do Ensino Fundamental, talvez seria exatamente nesta fase que se poderiam adotar medidas baseadas na educação diferenciada e profissionalizante para estimular o gosto pelo meio rural, mas também a capacitação para o manejo de diferentes atividades agrícolas, a fim de que sejam valorizadas e reconhecidas nas relações de trabalho além de serem viáveis economicamente.

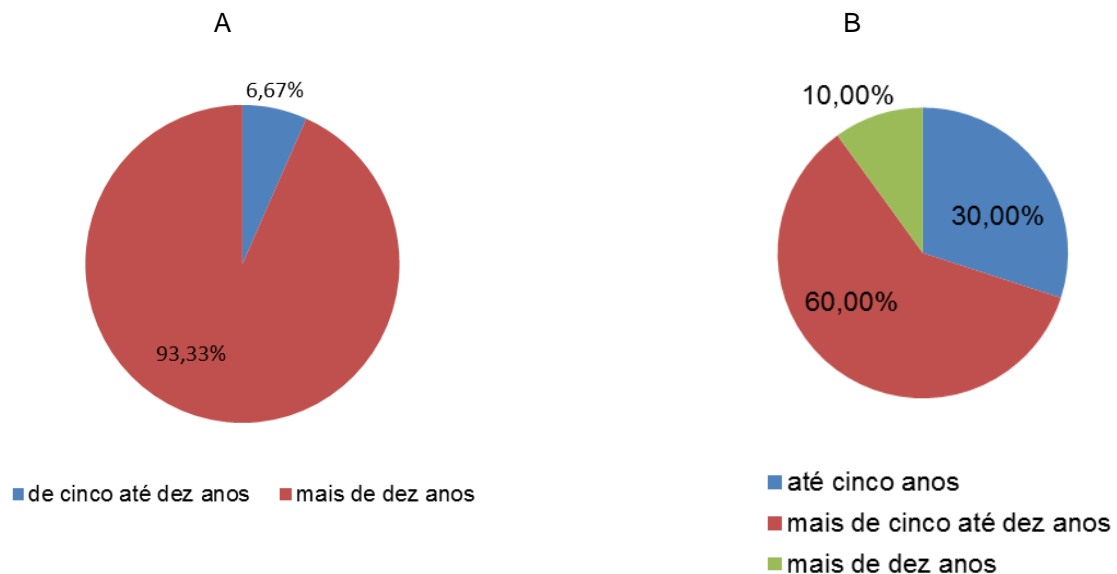
De acordo com Graziano da Silva, a educação é um dos três instrumentos fundamentais de apoio às políticas de desenvolvimento rural. O autor afirma que:

Uma das formas de viabilizar a diversificação das atividades econômicas do meio rural é investir no ensino básico e profissionalizante para os jovens. Face às dificuldades crescentes de oferta de emprego no meio urbano, a capacidade profissional em atividades não-agrícolas dos jovens rurais pode se constituir em alternativa viável para mantê-los no campo, desenvolvendo atividades inovadoras no seu próprio meio (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 19).

Sem dúvida, os indivíduos que possuem maior grau de escolaridade ou ensino profissionalizante terão mais possibilidades de trabalho, tanto no meio urbano quanto no meio rural, conseqüentemente, o aumento de sua renda.

Em relação à origem dos migrantes, se a própria pesquisa visa analisar a situação daqueles que migraram do campo para a cidade, parece ser óbvio. No entanto, aqui se trata de analisar como é o enraizamento daqueles que migraram, tanto em sua situação de origem quanto em sua nova condição na cidade. As figuras a seguir demonstram que os migrantes, de modo geral, possuem uma origem enraizada, no meio rural, onde viveram por muitos anos.

Figura 4: Tempo que o indivíduo residiu no meio rural (A) e desde quando está na cidade (B)



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

O Estado se revela um agente dinâmico no processo da ampliação e concretização do capitalismo no campo. Porém, não se revela suficientemente dinâmico para criar políticas públicas voltadas para atender os prejudicados pelos efeitos do capitalismo, particularmente em forma de política fundiária e de crédito que viabilizem a permanência dos agricultores no campo. Somente após três décadas, de acordo com Santos (2001), o governo estadual iniciou a criação de políticas para assegurar mão de obra no campo, através de incentivos diversos.

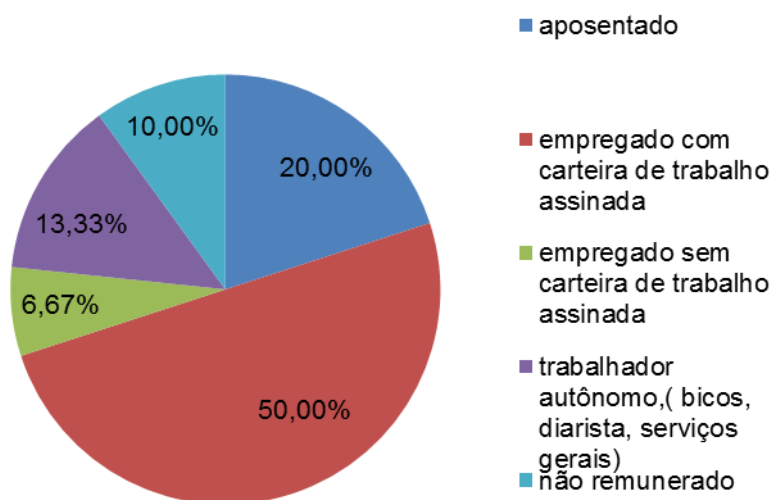
É possível que, para muitos indivíduos, a principal causa que os leva a repudiar o campo, não seja o anseio de viver na agitação do meio urbano, mas sim a impossibilidade de eles obterem um excedente econômico através de atividades agrícolas que lhes garantam renda sistemática, conforme constatam Conti e Magri (2005). De acordo com esta pesquisa de campo, a maioria dos migrantes residiu no mesmo local de origem durante quase todo ou todo período em que residiram no meio rural. E, da mesma forma, são recorrentes as afirmações dos entrevistados de que eles pretendem ficar morando no mesmo local no meio urbano, desde que tenham seu emprego ou as condições materiais asseguradas.

Na comparação entre as duas figuras, pode-se observar que uma quantidade expressiva dos entrevistados, mais precisamente 93,33%, residiu no meio rural

durante mais de dez anos e lá criaram suas raízes e seus vínculos comunitários e sociais, configurando, dessa forma, o seu perfil de origem e sua identidade. Diversos entrevistados mencionaram que eles mantêm vínculos muito próximos e constantes com seus parentes, vizinhos e comunidades de origem. E alguns também manifestaram que a constituição de novos vínculos na cidade nem sempre é fácil, especialmente, para aquelas pessoas que já possuem idade mais avançada ao chegar à cidade.

É recorrente ouvir nas conversas informais entre as pessoas no meio rural que a cidade oferece diversas alternativas de emprego, especialmente no ramo da metalurgia para os homens e serviços domésticos para as mulheres. Este estudo mostra o perfil ocupacional dos migrantes que agora residem na cidade e, de fato, em boa medida, confirma aquilo que com frequência se ouve em relação às expectativas dos migrantes ao migrarem. A estrutura ocupacional pode ser verificada de acordo com os dados amostrados e que se encontram na figura a seguir.

Figura 5: Perfil ocupacional dos migrantes



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Observa-se que exatamente 50% dos migrantes ocupados são trabalhadores com vínculo formal, ou seja, com carteira assinada. Ainda conforme constatado na pesquisa de campo, aproximadamente 80% destes possuem relação de trabalho

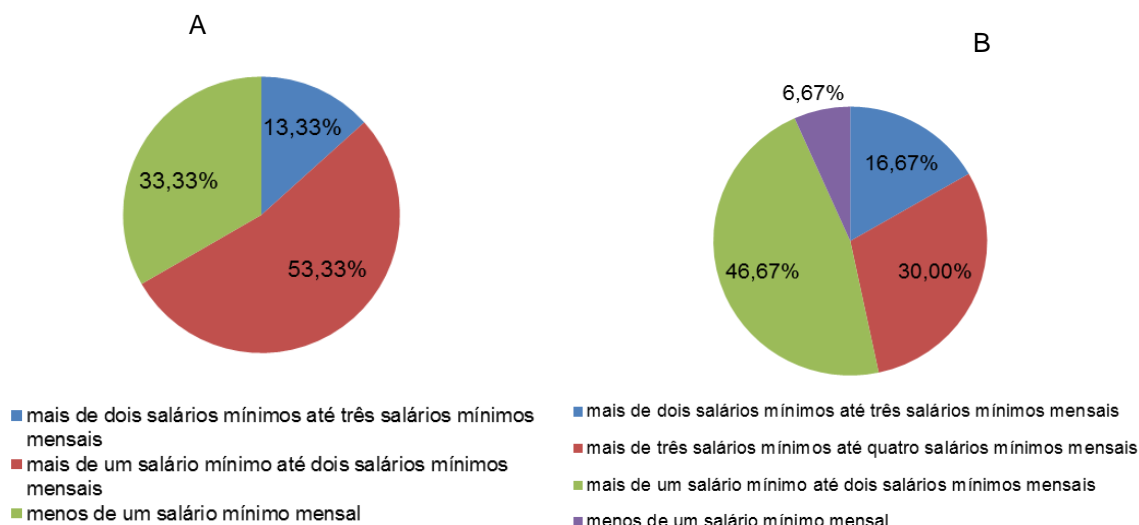
com a mesma empresa, uma indústria de máquinas agrícolas que cresceu junto com o município. Aqui cabe fazer associação entre a idade dos migrantes e este percentual de profissionais com vinculação formal de trabalho. São 63,34% dos migrantes que se encontram entre 25 e 55 anos, o que significa que eles encontram-se no auge da idade economicamente produtiva, o que pode justificar este bom índice de empregados com carteira assinada.

Outros 13,33% estão na condição de trabalhadores autônomos e possuem uma estrutura nitidamente de ex-trabalhadores rurais fixos. Ao virem para a cidade, eles trouxeram na bagagem uma larga experiência em alguns serviços e um amplo círculo de relações. Aos poucos se estruturaram e prestam diferentes serviços como eletricitas, pedreiros, diaristas entre outros e garantem, assim, seu modo de vida. A estes, com frequência, somam-se os 20% de aposentados, que também se envolvem com serviços diversos, além do voluntariado em entidades e instituições sociais ou religiosas. Os 10% que declararam que não recebem remuneração fixa precisam ser compreendidos e associados aos que trabalham como autônomos, de modo que a maioria deles não fica ociosa, mas também não tem trabalho fixo.

O alto índice de entrevistados envolvidos nos diferentes tipos de ocupação está de acordo com o que Schneider e Radomsky (2008) argumentam, que os agricultores familiares optam deslocar-se do campo para a cidade para buscar melhores condições de vida e alcançar melhores perspectivas de futuro. Pois, no campo ocorrem muitos desgastes naturais e psicológicos que incorrem na desmistificação desses meios.

A renda mensal e anual é outra variável necessária para se verificar a condição socioeconômica dos indivíduos migrantes, antes e depois de seu ingresso na cidade. Conforme o IPARDES (2000, p.22), “a distribuição das pessoas classificadas de acordo com a renda familiar per capita resulta da divisão do rendimento familiar pelo número de pessoas da família”. Esta permite que se aproxime da incidência de pobreza e se verifique a configuração do grau de exclusão ou inclusão social dos migrantes. As figuras na sequência mostram os níveis de renda familiar bruta dos indivíduos antes e após o seu ingresso na cidade.

Figura 6: Renda bruta mensal no campo (A) e renda bruta mensal na cidade (B)



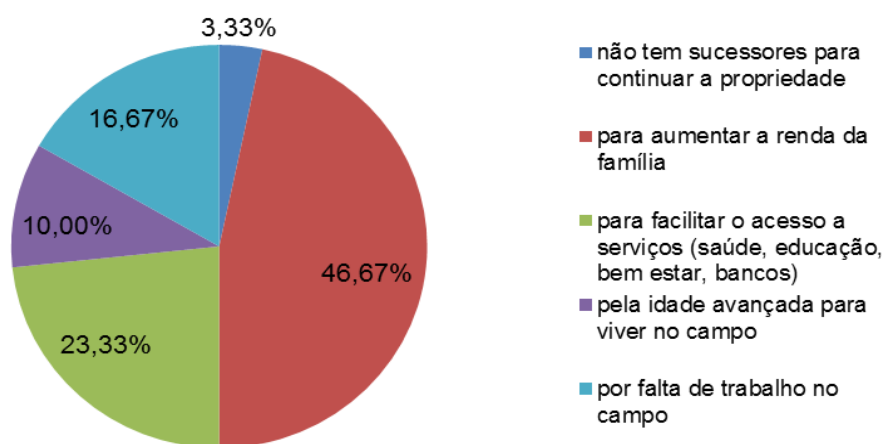
Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Uma primeira constatação, bastante evidente, é que a renda média mensal na cidade teve um aumento generalizado para praticamente todos os entrevistados. No meio rural 53,33%, localizava-se na faixa de renda que variava entre um e dois salários mínimos e 33,33% obtinham menos de um salário mínimo, totalizando 86,66% com renda inferior a dois salários mínimos e apenas 13,33% recebiam mais que isso. Agora, na cidade, 30% recebem mais de três salários mínimos e outros 16,67% alcançam mais de dois salários mínimos, totalizando 46,67% que tem renda superior a dois salários mínimos, contra apenas 13,33% que obtinham tal renda no meio rural. No outro extremo, enquanto no meio rural 33,33% obtinham menos de um salário mínimo mensal, na cidade apenas 6,67% recebem renda abaixo deste valor.

Não se pode reduzir a pobreza ao fator renda, mas é preciso considerá-la como uma variável fundamental na mensuração da pobreza rural e urbana, uma vez que está associada às condições de acesso a um conjunto de recursos. Monteiro e Mendonça fizeram estudos detalhados sobre a pobreza no meio rural e seus resultados vêm na mesma direção dos dados levantados em Horizontina, mostrando que “a frequência de pobreza é sistematicamente maior no meio rural do que no meio urbano” (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004, p. 85).

No decorrer da pesquisa, buscou-se investigar os principais motivos que levaram os indivíduos a abandonar o meio rural e migrar para o meio urbano. As respostas foram diversas, como se pode observar na figura a seguir:

Figura 7: Principais motivos que levaram à migração



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Esta figura ilustra que 46,67% dos entrevistados responderam que migraram para aumentar sua renda pessoal e familiar e outros 16,67% disseram que migraram por falta de alternativas de trabalho. Somando-se estes dois percentuais, tem-se que 63,34% dos entrevistados deixaram o campo para melhorar sua renda. Ao relacionar-se este gráfico com os gráficos 06 e 07, percebe-se que o principal fator que levou as pessoas a migrarem foi a busca da melhoria da renda familiar. Nesse contexto constatou-se que o objetivo de buscar este incremento na renda foi alcançado pela maioria dos entrevistados de acordo com o gráfico 6B. Adicionalmente, 23,33% disseram que foi para facilitar o acesso a serviços e para melhorar as condições de infraestrutura, dentre os diversos recursos necessários ao atendimento de suas necessidades básicas.

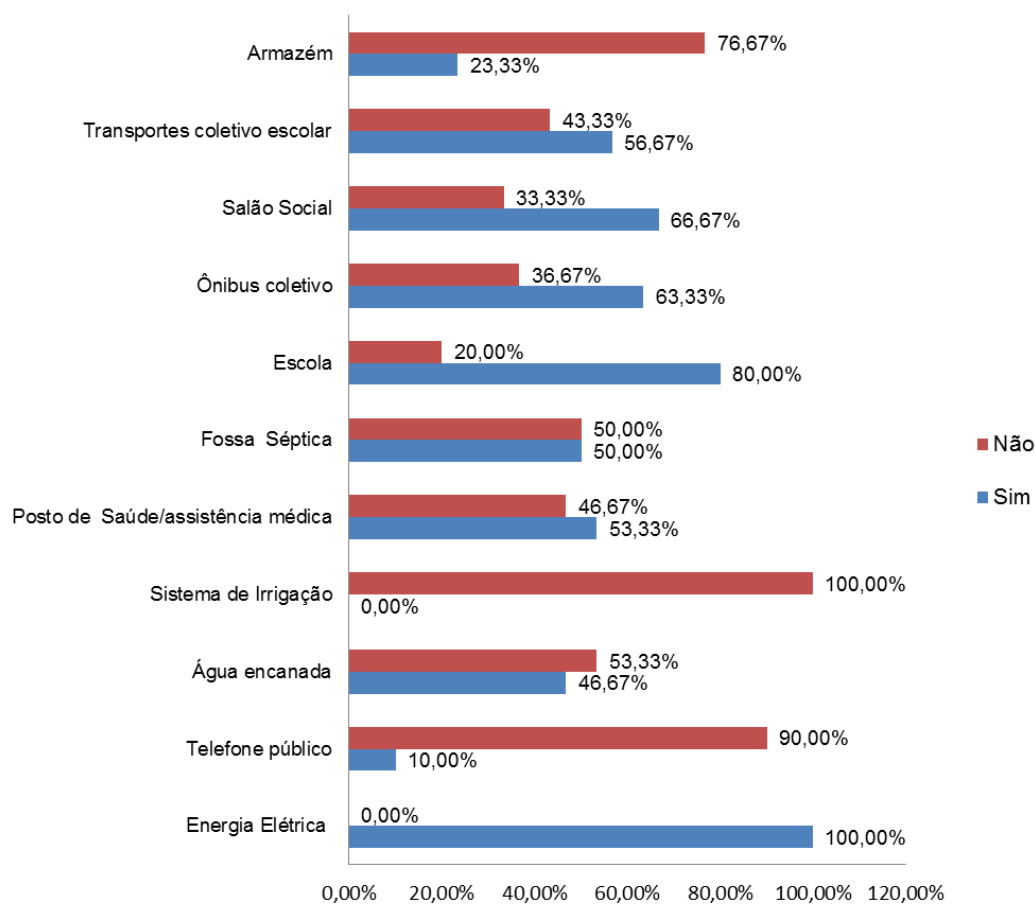
Dentre os motivos menos destacados pelos entrevistados estava a idade avançada de 10% deles e a falta de mão de obra para as lidas no meio rural. Vários dos pesquisados destacaram que há uma carência grande de mão de obra no campo e isto compromete, não só a sua condição de sobrevivência, como também os investimentos na unidade de produção. No entanto, pouquíssimos, apenas 3,33%, frisaram sua preocupação sobre a sucessão no meio rural. Apesar de este

ser um motivo periférico entre as respostas dos entrevistados, muitos deles disseram que seus filhos já estavam todos ou quase todos no meio urbano e que apenas o casal já não tinha mais condições de dar continuidade às lidas agrícolas. Portanto, a preocupação em torno da sucessão é bem maior do que aquilo que revelam os dados estatísticos.

Constatou-se que houve tentativas de algumas pessoas se organizarem em grupos e associações para viabilizar projetos de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros. Schneider e Fialho (2000) mencionam que as iniciativas implementadas pelo Estado, quando se trata de promover a redistribuição fundiária, para amenizar a pobreza e a precariedade das condições de vida das populações rurais menos favorecidas, seria o direcionamento de programas como o PRONAF e programas de incentivo a pequenas ou micro agroindústrias rurais. No entanto, entre os entrevistados, ouviu-se que iniciativas como estas tiveram pouco êxito e as razões estão relacionadas à falta de espírito coletivo para se associar e cooperar em torno de iniciativas na produção e comercialização.

Sobre o acesso a recursos e serviços foram analisadas as condições de acesso a diversos recursos e serviços privados e públicos por parte dos migrantes, antes e depois de sua migração. Quando se fala em recursos privados, por exemplo, pensa-se em armazéns, mercados, fossa séptica e irrigação. Mas cabe destacar que a ênfase é dada ao acesso aos recursos e serviços públicos que devem ser garantidos pelo Estado e pelo poder público municipal. As figuras 08 e 09 ajudam a evidenciar essa situação.

Figura 8: Acesso a recursos e serviços no meio rural



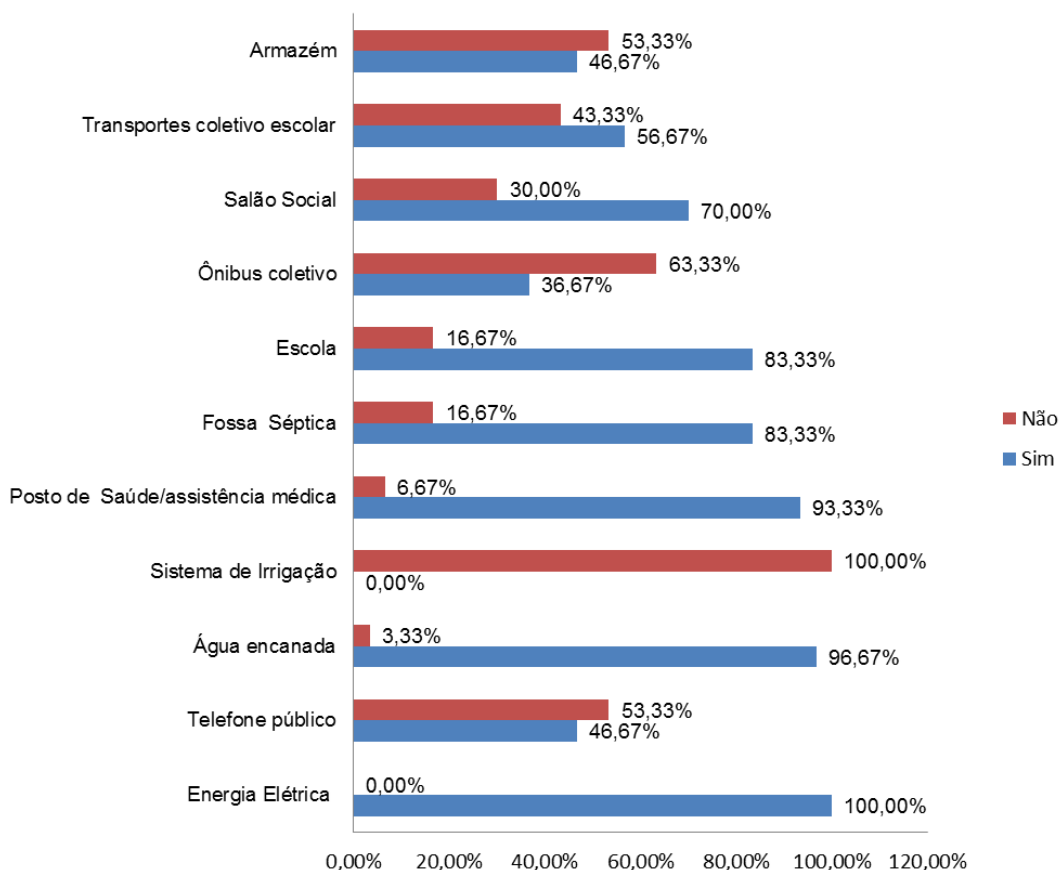
Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Entre os migrantes entrevistados havia aqueles que se destacavam por apresentar uma melhor estrutura na propriedade, com instalações e infraestrutura, mas para muitos deles essas estruturas eram precárias. De modo geral, os migrantes tinham relativo acesso aos recursos e serviços relacionados ao atendimento de suas necessidades básicas como: energia elétrica, telefone público, água encanada, escola, assistência médica, transporte escolar e coletivo, salão social e armazém. Ou seja, os recursos e serviços, em boa medida, estavam disponíveis, mas, muitas vezes, não podiam ser acessados porque requeriam recursos financeiros. Fora os serviços de saúde e de escola, os demais praticamente todos requeriam pagamentos periódicos, o que requeria condições de renda. Dessa forma, constatou-se que as pessoas que residiam mais distante do centro urbano dependiam da locomoção para desfrutar dos recursos da cidade. Em alguns casos a população utilizava o transporte escolar para seu deslocamento.

Em outros casos, verificou-se que as pessoas tinham dificuldades para se deslocar, por serem impedidas de utilizar o transporte escolar, apesar de não existir outra linha de ônibus coletivo e, mesmo que houvesse, às vezes, as condições financeiras desses migrantes eram precárias e não tinham outras alternativas.

O acesso aos recursos e serviços mostra que os fluxos migratórios se refletem nos fatores que incluem a busca por melhores oportunidades de emprego e renda, além da busca por uma melhor qualidade de ensino e de melhores condições de infraestrutura e serviços (SOUZA e COSTA, 2008). A figura 09 mostra que após a migração os entrevistados passaram a ter mais acesso a recursos e serviços na cidade, por meio do acesso à moradia, aos serviços sociais, culturais e educacionais e, conseqüentemente, diminuindo o nível de exclusão social dos mesmos. Portanto, houve um incremento na qualidade de muitos serviços que antes já eram acessados, mas de modo precário e incompleto.

Figura 9: Acesso a recursos e serviços no meio urbano

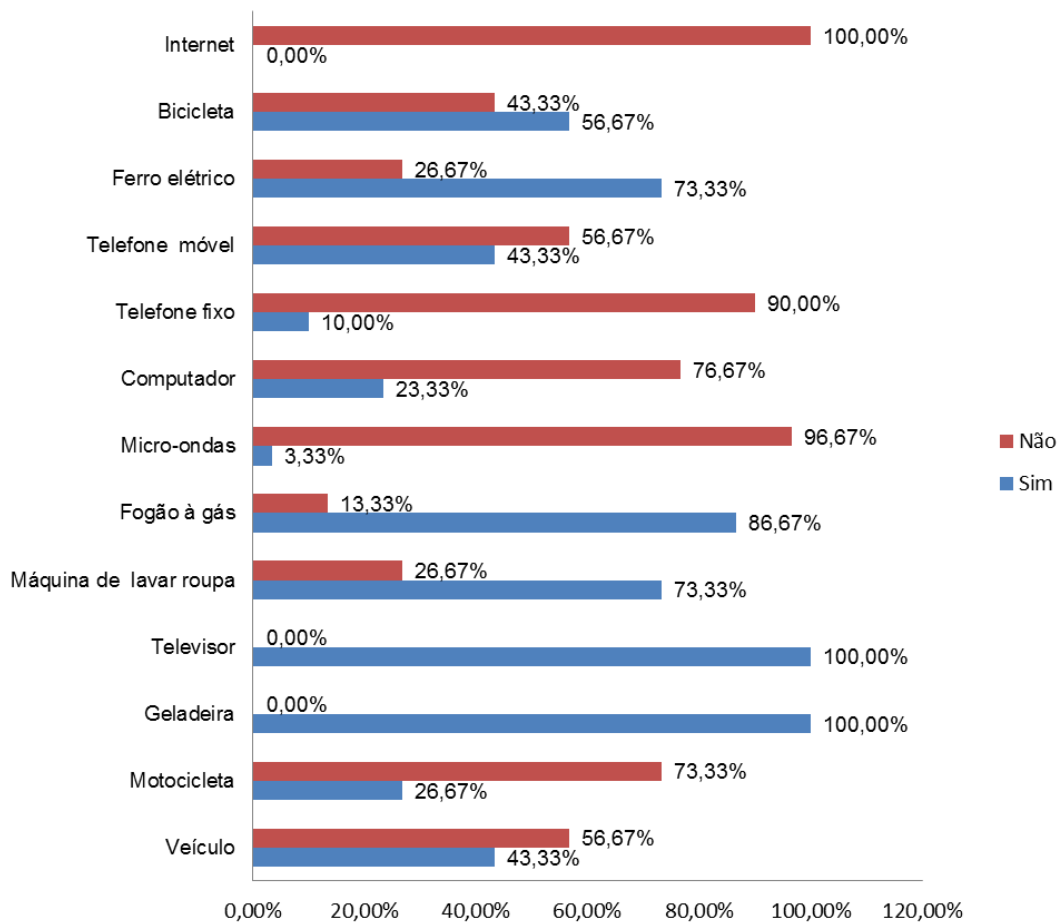


Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Nesse sentido, Guimarães (2002) ressalta que quando uma parcela da sociedade está sujeita a não ter oportunidades de acesso à participação política, educação, saúde, moradia, emprego e outro, caracteriza-se a vulnerabilidade e a exclusão social. Ainda que as pessoas não dissessem tão diretamente, mas seguidamente se observou, durante a fase de entrevistas, que agora as pessoas se sentem mais incluídas devido às oportunidades que possuem, mesmo que não possam desfrutar de muitas delas.

Embora os dados apresentados ainda mostrem que alguns migrantes vivem em situação de pobreza, percebe-se que sua atual situação de renda e social está melhor do que aquela vivida no meio rural. Eles obtêm mais retorno econômico e agora passaram a investir mais em produtos e serviços que trazem seu conforto, aqui genericamente chamados de bens duráveis, de acordo com as figuras 10 e 11 a seguir:

Figura 10: Bens duráveis possuídos pelos migrantes antes de migrar



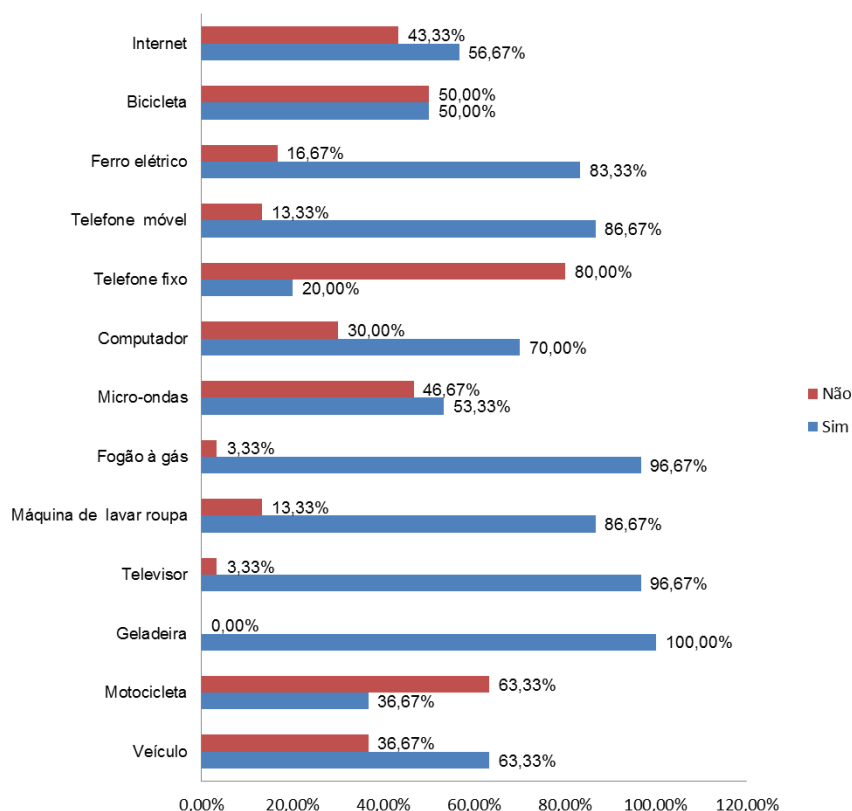
Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Um olhar comparativo entre as figuras 10 e 11 chama atenção como cresceu o acesso a uma diversidade de bens duráveis. Isso mostra o que já foi constatado nos gráficos anteriores, especialmente naqueles sobre as condições de renda, que os migrantes não só ampliaram sua renda como também estão ampliando seu conforto, com uma vasta lista de bens de consumo duráveis. Neste sentido, Rocha e Albuquerque (2004, p. 75) afirmam que:

a redução a pobreza extrema envolve um conjunto articulado e consiste de ações focalizadas cujo objetivo final é capacitar as pessoas mais pobres a assegurar - mediante esforço próprio e, principalmente, através de ocupação produtiva geradora de renda suficiente - a inclusão econômica, social e política.

Essa inclusão econômica, social e política é observada também na capacidade de consumo. Não basta apenas aumentar a escala das unidades de produção na agricultura familiar, é preciso criar meios que possibilitem que as pessoas, no meio rural e urbano se sintam participantes e incluídas no desenvolvimento econômico e social.

Figura 11: Bens duráveis possuídos pelos migrantes na cidade

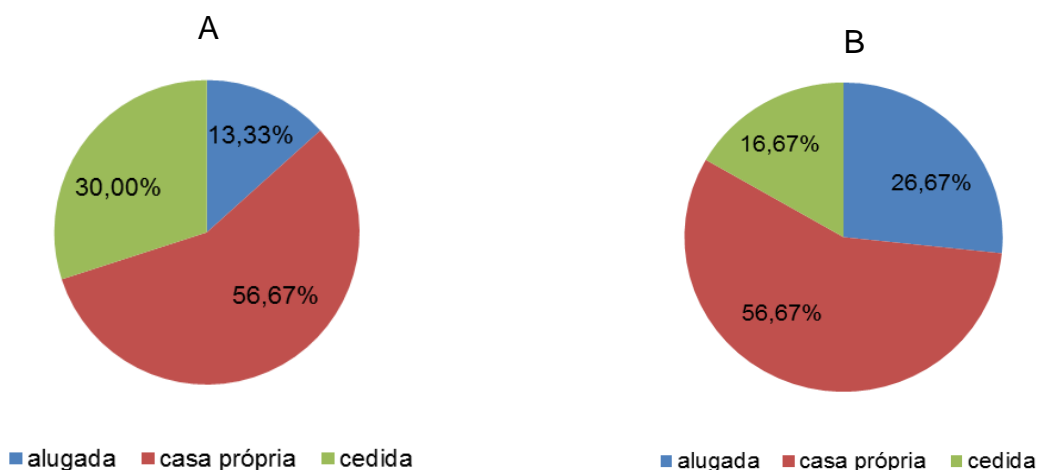


Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Uma das formas evidenciada, na pesquisa de campo, é que as pessoas agora residindo no meio urbano têm condições de consumir bens e serviços, mesmo que muitos deles podem ser entendidos como supérfluos, mas que para elas são bens importantes. E os resultados da pesquisa mostram que as famílias, embora com uma renda não muito alta, conseguiram fazer poupança e adquirir alguns bens duráveis que antes apenas estavam em seus sonhos. Entretanto, muitos deles mencionam que na cidade é preciso ter mais renda que no campo, porque há mais taxas, serviços e até oportunidades que só podem ser concretizados se as famílias possuírem renda suficiente para usufruir dessas ofertas.

Para uma identificação mais detalhada das circunstâncias nas quais viviam e atualmente vivem os migrantes, buscou-se, do mesmo modo, entender suas condições de moradia, como ilustram as figuras a seguir.

Figura 12: Condição de moradia dos migrantes antes no meio rural (A) e condição de moradia dos migrantes na migração (B)



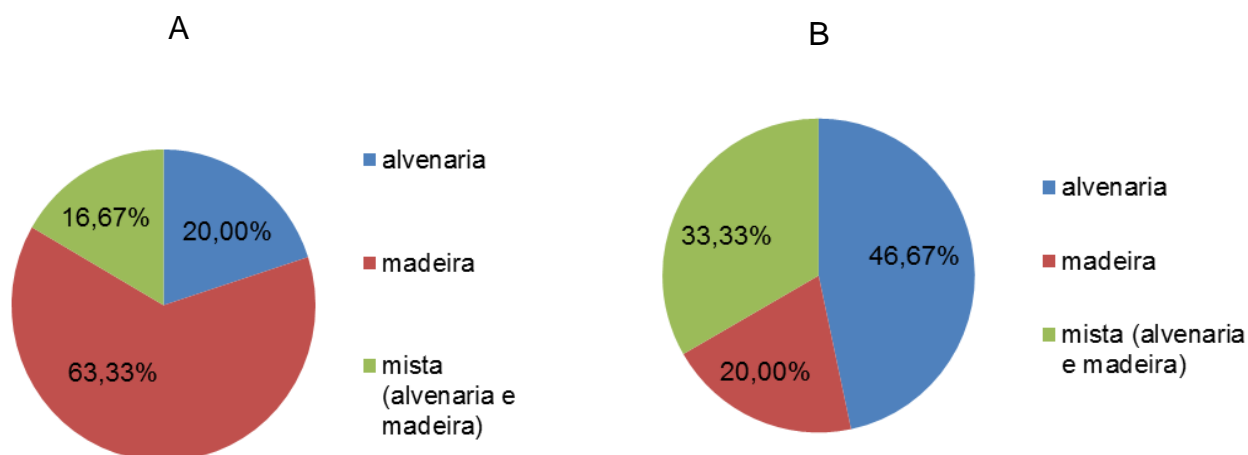
Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Dos migrantes entrevistados 30% moravam em casa cedida ou de favor e 13,33% pagavam aluguel, esses pertenciam à massa de “cidadãos lesados” de direitos sociais. Porém, 56,67 % moravam em casa própria.

Conforme coleta dos dados, apurou-se que atualmente ocorreu uma leve redução, em que apenas 16,67% dos entrevistados moram em casa cedida na cidade, assim se verifica que houve um crescimento plausível de 13,33%, ou seja, mesmo aqueles indivíduos que não tiveram condições de adquirir sua casa própria agora na cidade a renda aumentou e sobra para pagar o aluguel.

Outro aspecto importante levado em consideração foi à situação de moradia da família antes e depois de migrar para a cidade.

Figura 13: Condições de moradia antes da migração (A) e condições de moradia dos migrantes no meio urbano (B)



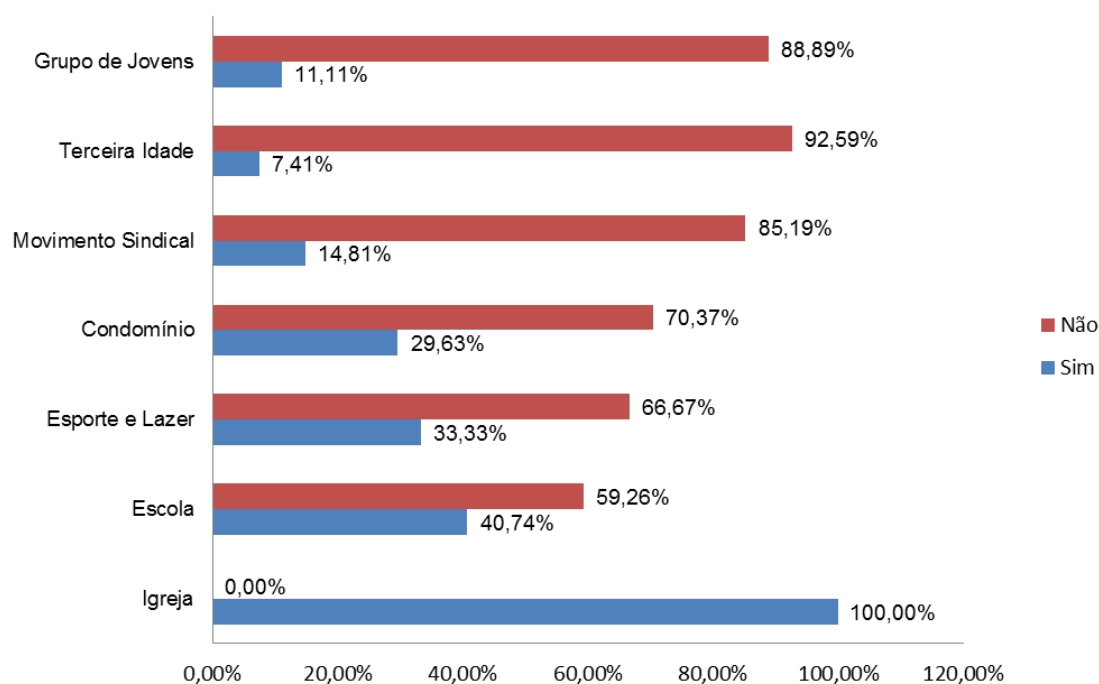
Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Um dos fatores de satisfação dos migrantes em sua atual condição é o de poderem mostrar suas casas e falar cheios de entusiasmo sobre sua nova moradia na cidade. A comparação entre os dois gráficos acima, deixa claro que ocorreu um grande avanço na melhoria das benfeitorias e na situação habitacional. De modo geral, houve uma inversão do percentual de casas de alvenaria e mistas. Antes 63,33% dos entrevistados moravam em casas de madeira e 16,67% em casas mistas. Agora 46,67% deles moram em casas de alvenaria e 33,33% residem em casas mistas, totalizando 80% nesta condição, contra apenas 36,67% na mesma condição no meio rural.

Outro aspecto que cabe considerar vai além das mudanças e melhorias na infraestrutura física das habitações e abrange a situação subjetiva dos migrantes. Morar em uma casa bem apresentável é também uma manifestação do estado de satisfação que os migrantes vivem, pelo fato de terem melhorado sua situação econômica e social. As visitas feitas nas casas possibilitaram perceber que a maioria das famílias trouxe, junto do meio rural, diversos hábitos, costumes, pequenos animais, instrumentos e equipamentos que são cuidados e reproduzidos na cidade como um tipo de prolongamento da roça na cidade.

No decorrer da pesquisa buscou-se também investigar se os indivíduos participavam ou se ainda participam de algum tipo de associação ou movimento, e as respostas foram diversas, como se pode observar nas figuras 14 e 15.

Figura 14: Participação em formas associativas no meio rural



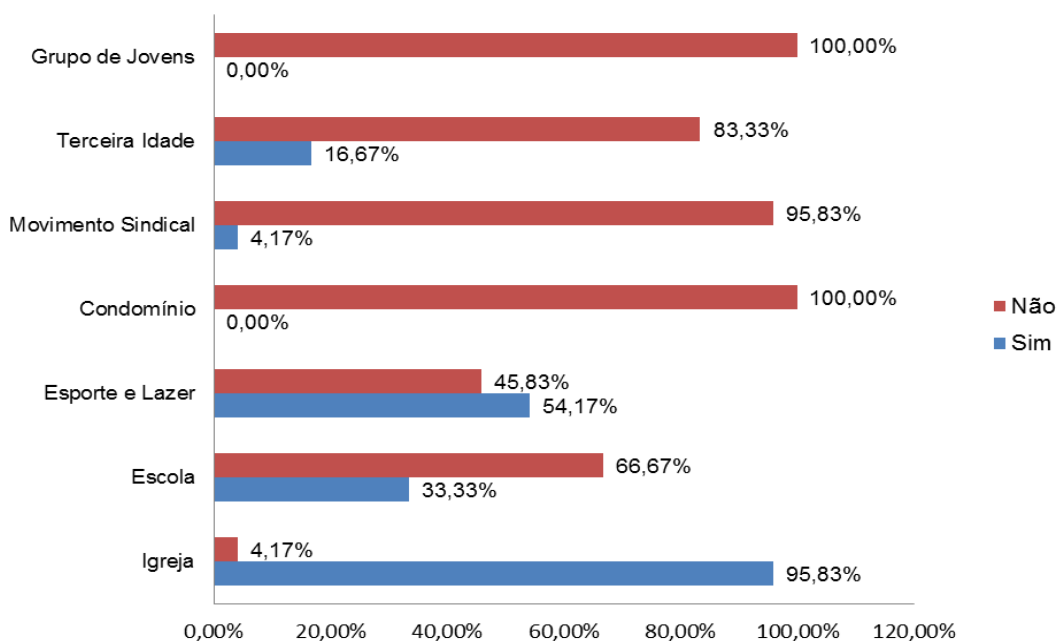
Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Com a democratização da sociedade brasileira e rio-grandense ampliaram-se os espaços e as formas de participação social em diferentes organizações e instituições, como forma de garantir melhorias de vida e cidadania. Diversos autores mencionam que a organização e a mobilização social, por meio de formas associativas e comunitárias, apresentam-se como um caminho mais viável para o rompimento da condição de isolamento e descaso. Entre eles, Moreira e Sene (2009), Schneider e Fialho (2000) ressaltam que o associativismo e o cooperativismo são importantes caminhos para o desenvolvimento rural, atuando como forte aliado dos agricultores na exploração de suas atividades, através de sociedades de pessoas sobre determinado produto ou capital, que prestam serviços ao cooperativado.

Entretanto, 70,37% dos migrantes não integravam condomínios ou associações e poucos deles se interessavam pela participação no sindicato, como instrumentos de organização e de melhoria de suas condições de vida. Prevaleciam

as formas de participação tradicionais, como igrejas e escolas, mas as formas que poderiam ajudar na organização econômica e política foram pouco utilizadas. Vários entrevistados manifestaram que eles esperavam que o poder público lhes ajudasse mais na dinamização da produção e que sentiam a falta de assistência técnica na lavoura, haja vista que as culturas propícias para a pequena escala necessitavam de maior orientação para a produção e comercialização.

Figura 15: Participação em formas associativas no meio urbano

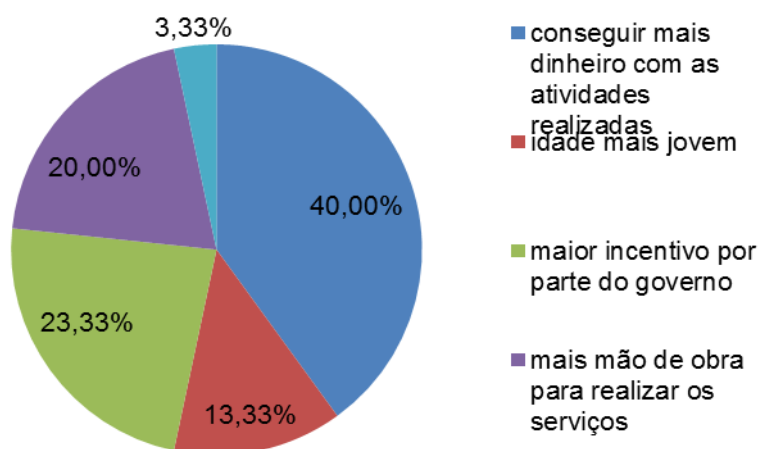


Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Na figura 15, sobre as formas de participação dos migrantes no meio urbano, permanecem praticamente inalteradas, com uma leve redução em relação aos espaços que eles participavam no meio rural. Em quase todas elas houve diminuição, com a exceção de grupos de terceira idade e lazer que receberam incremento na participação. Ao se relacionar a situação de melhoria de renda e habitação com o aumento do consumo de bens com as formas de participação social, os dados apontam um contentamento por parte dos migrantes com uma tendência geral da sociedade que prima mais pelo conforto e o consumo que pela organização para alcançar outros benefícios.

No decorrer da pesquisa buscou-se investigar o que seria mais necessário para que os migrantes permanecessem no campo. Os entrevistados expressaram várias opiniões, como se pode observar na figura a seguir:

Figura 16: Condições necessárias à permanência no campo



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

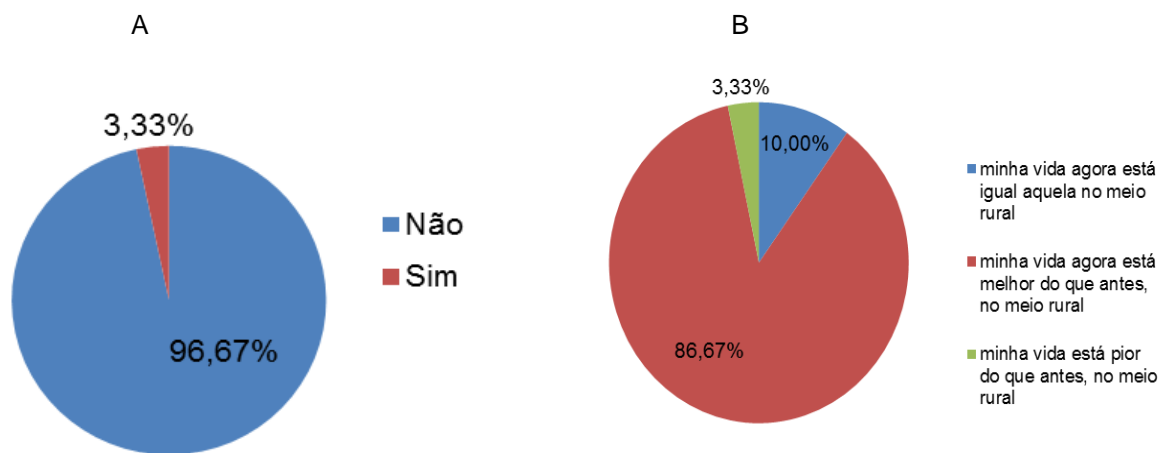
Novamente 40% dos entrevistados responderam que a condição principal para eles terem permanecido no campo é o aumento da renda com as atividades realizadas, associada ao melhoramento nas condições de infraestrutura, especialmente, para aqueles que se localizam mais distantes do centro urbano, além de mais incentivos de políticas públicas para a agricultura familiar.

Por fim, os migrantes acreditam que a viabilização da agricultura familiar com agricultores residindo nas propriedades depende, sobretudo, de incentivos do governo, especialmente de financiamentos, mas também depende de mais mão de obra para realizar as atividades. Em nenhum momento foi mencionado que a conjugação entre atividades agrícolas e não agrícolas, conforme destacam Schneider (1999; 2003), Graziano da Silva (2001) e outros pudesse ser uma alternativa interessante para contribuir na alteração do quadro de pobreza rural e êxodo rural. Na mesma ótica Souza (2007) entende a necessidade do uso de medidas complementares, como a concessão de crédito, a extensão rural e investimentos em infraestrutura voltados para a agricultura para, assim, alterar a situação de pobreza no campo.

Outro fator relevante pesquisado com os migrantes foi o seu entrosamento, adaptação e satisfação na cidade, considerando que qualquer mudança traz desafios e dificuldades, porque o seu habitat mudou completamente se comparado

com aquele estabelecido no meio rural. Já foi mencionado que foram vários os fatores que ajudaram a impulsionar e a agravar o êxodo rural no município de Horizontina. Estes devem ser considerados no momento e avaliar as condições de adaptação e o entrosamento na cidade, conforme se pode observar nas figuras a seguir.

Figura 17: Dificuldades de adaptação dos migrantes na cidade (A) e grau de satisfação dos migrantes na cidade (B)



Fonte: Resultados da Pesquisa (2012)

Observou-se que quase a totalidade dos migrantes não tiveram maiores dificuldades para se adaptar e se entrosar na cidade. Isso está relacionado às “queixas” que eles tinham no meio rural, referentes ao tipo de solo, que não era propício para aquele tipo de cultura que produziam, ao modelo de produção e ao avanço tecnológico que eles não conseguiram acompanhar e, conseqüentemente, o êxodo rural e as expectativas em relação ao meio urbano eram as condições dadas. Schneider e Fialho (2000) afirmam que uma das facetas da migração está relacionada à pobreza rural, que está ligada ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que por sua vez é seletivo.

Na cidade, os migrantes possuem melhor acesso ao comércio, à assistência médica, não são vulneráveis às condições climáticas e desenvolvem atividades que garantem ingresso constante de renda, muitos recebem férias e décimo terceiro, recursos que desconheciam quando moravam no campo. Outro fator muito destacado pelos entrevistados foi o tempo de trabalho e o tempo para o descanso.

Na cidade eles entendem que possuem mais tempo livre, que pode ser gasto em atividades em casa, passeio, lazer e descanso. Isso tudo é pesado por eles e, comparado à vida marcada por trabalho árduo na agricultura, resultando agora num grau de satisfação.

Observa-se que 86,67% dos entrevistados responderam que sua vida na cidade está melhor do que a de antes, no campo. E melhorou porque, segundo eles, na cidade a vida é mais tranquila, a renda aumentou e a carga horária diminuiu. Inclusive, alguns deles passaram a estudar e a frequentar academias ou fazer exercícios físicos, uma vez que melhorou o acesso aos serviços de saúde, educação e lazer. Nessa linha de pensamento, Weisheimer (2009) afirma que a agricultura é vista de forma negativa quando comparada com outras atividades pela maioria das pessoas, principalmente, pelos jovens. Eles se ressentem da ausência de férias e de fins de semana livres, aliados a atividades agrícolas duras e difíceis, que submetem os trabalhadores ao frio e ao calor em situações pouco confortáveis e com rendimentos baixos.

Apesar de 86,67% manifestarem sua satisfação com seu modo de vida na cidade, 10% dos entrevistados afirmam que a vida na cidade está igual ou se alterou pouco em relação àquela que viviam no meio rural. Apenas 3,33% dizem que a vida está pior na cidade, porque, migraram estimulados pela perspectiva de melhores condições de vida e trabalho, porém não encontraram o que procuravam. Tais percepções vão além da situação da redução da participação de grupo de jovens, movimentos sindicais, condomínios, igreja e de renda e se localizam, especialmente, nas dificuldades de adaptação à cidade e os cortes dos vínculos afetivos que eram solidamente estabelecidos no meio rural e que no meio urbano são mais impessoais e demoram a ser reconstituídos, ainda mais para as pessoas com idade mais avançada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar e analisar os principais fatores responsáveis pela migração do meio rural ao meio urbano, com base em dados históricos e atuais sobre os fluxos migratórios no município de Horizontina no período de 2000 a 2010.

A partir dos dados obtidos, percebe-se que a taxa de êxodo rural tem sido intensa nas décadas de 1970 a 1991, com certa redução ao longo da década de 1990 e voltou a se estabilizar na década de 2000 a 2010, justamente o período que se constituiu em objeto central desta pesquisa. As constatações sobre a migração de agricultores familiares para a sede do município e para fora do mesmo é algo preocupante e que serve de alerta para a sociedade horizontinense em geral e, particularmente, aos gestores e administradores públicos no sentido de tomar medidas que contribuam para alterar esta realidade.

Com base em dados do IBGE, este estudo mostra que meio século após a sua emancipação, Horizontina deixou de ser eminentemente rural e agrícola e assumiu uma característica de município urbano, com 80% de sua população residindo na cidade e apenas 20% residindo no meio rural. Gradualmente o município vem redimensionando sua matriz de produção e desenvolvimento, de modo que a agricultura perde sua importância econômica diante do crescimento do setor industrial, comercial e de serviços.

O período de expansão da Revolução Verde coincidiu com o período de maior esvaziamento do campo. As políticas públicas de fomento e estímulo à agricultura familiar, adotadas, não foram abundantes nem abrangentes o suficiente para assegurar mais agricultores no meio rural. Muitos entrevistados acentuaram que eles teriam interesse em permanecer no campo e produzir seus meios de vida para si e para a comunidade. Porém, as inúmeras dificuldades por eles enfrentadas fizeram com que rumassem para a cidade.

O modelo de agricultura para o consumo local, mas com forte apoio para a exportação, foi privilegiado durante muitos anos pelas políticas públicas, de tal forma que o processo de modernização da agropecuária no município constituiu-se em fator determinante do êxodo rural. Esse processo foi marcado pela redução da mão de obra empregada no campo, a diminuição da produtividade agrícola e o aumento dos custos de produção, além da concentração da terra e da renda no rural. Nas

duas últimas décadas a agricultura familiar ampliou seu espaço no cenário político brasileiro e local, passou a fazer parte do debate sobre o desenvolvimento rural e a conquistar políticas públicas específicas para a sua promoção e fortalecimento.

Há um crescente reconhecimento por parte dos órgãos oficiais de que a agricultura familiar tem importância fundamental no desenvolvimento dos municípios e regiões brasileiras. No entanto, segundo Veiga (2003, p. 133), “as vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira”. É fundamental que essas estratégias levem em consideração a grande diversidade presente no rural e valorizem as potencialidades que cada local oferece, para que se consiga ultrapassar as dificuldades que muitas áreas rurais brasileiras ainda se encontram, conforme ficou demonstrado neste estudo.

Mais que fazer um simples estudo sobre a migração tratou-se de aprofundar o conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento presentes no meio rural de Horizontina. Ficou evidente que a desaceleração do desenvolvimento da agricultura familiar está diretamente associada ao crescimento da população urbana e ao aumento desproporcional das cidades para as quais os indivíduos migram em busca de oportunidades mais rentáveis do que aquelas em que se encontravam anteriormente.

O estudo sobre o êxodo rural no município de Horizontina ajudou a reconstruir as bases históricas e atuais desse fenômeno ainda pouco estudado. As diversas abordagens identificam e aproximam este tema em uma perspectiva estratégica, especialmente, na região sul do Brasil. Apesar de Horizontina apresentar reduzida taxa de desemprego, bom nível médio de renda e grande parte de sua população possuir casa própria, existem famílias pobres, com moradias precárias e diversas pessoas convivendo na mesma residência e com pessoas desempregadas.

Entretanto, mesmo que algumas poucas famílias migrantes manifestem que enfrentam certas dificuldades no meio urbano, cabe ressaltar que a maioria delas manifestou sua satisfação em relação às atuais condições de vida na cidade. Isto ficou bem claro em diversos pontos, mas foi realçado na melhoria das condições de renda, moradia, acesso aos serviços e diminuição da carga de trabalho quando comparados com a situação anterior no meio rural. Aos entrevistados deste estudo, o fator renda foi identificado como o principal motivo que os levou a migrar.

Em torno dele associam-se outras razões que se complementam entre si e permitem afirmar que, apesar de suas adversidades e riscos, a cidade apresenta-se como uma alternativa mais viável para se viver, do que o campo. Os migrantes têm pouca preocupação sobre possíveis instabilidades econômicas na cidade, apesar dela apresentar poucas alternativas de emprego, além das proporcionadas pela indústria e o comércio local.

Diante do exposto, percebe-se que o êxodo rural continua como um grande desafio para os poderes públicos no Brasil e em Horizontina. O enfrentamento desse fenômeno requer que sejam estancadas as suas causas, que por sua vez, devem ser combatidas com políticas públicas em diferentes áreas, especialmente, para dinamizar a agricultura familiar e os modos de vida no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIOLOS, Pedro Cunha Rivara de. **Arquivo de conceitos**. Disponível em: <http://profpedroemarraiolos.wordpress.com/category/conceitos_6ano/>. Acesso em: 01 abr. 2012.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti; ROCHA, Sonia. **Pobreza extrema no Rio de Janeiro: Uma espacialização alternativa**. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.9_N.1_Sonia_Rocha_Roberto_Albuquerque.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2012.

AVELLAR, Sérgio O. de C.; VILELA, Pierre S. **Evolução do número de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira no período de 1990 a 2004**. Política Agrícola. Brasília, DF. n. 2, p. 4-8, abr./maio./jun. 2006.

BRASIL. **LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**. Código Tributário Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: 01 abr. 2012.

BRASIL. **LEI N.º 11.346 de 15 de setembro de 2006** – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: DF, 2006.

BRUGNERA, Daniela; PINTO, Lucia Fioravanço; ZANATA Renato. **Grupo Sagra Italiana. Agroindústria Vale Ecológico**. 2008. Disponível em:<<http://www6.ufrgs.br/curso>>, acesso em 01 abril.2012. Acesso em: 01, abril. 2012.

BRUMER, Anita; LOPES, Milena; SPAVANELLO, Rosani. **Os jovens na agricultura familiar**. In: CONTI, Irio Luiz; MAGRI, Cledir (Orgs.). Agricultura Familiar: alternativas em construção. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

CALIXTO, Laura. **Estudos de Caso Sobre Custos Ambientais: Ênfase Nos Procedimentos Metodológicos**. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n2/05.pdf>> Acesso em: 01, abril. 2012.

CAMARANO, Ana Mélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul – 1950-75**. Porto Alegre, FEE: 1984.

CONTI, Irio Luiz; MAGRI, Cledir Assísio. **Agricultura Familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2005.

CORTES, Soraya M. Vargas. **Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados**. In: Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas. Cadernos de Sociologia/Programa de pós Graduação em Sociologia, v.9 (1998). Porto Alegre: PPGS/UFRGS.

COSTABEBER, José Antônio. **Transição Agroecológica: Rumo à Sustentabilidade**. 2009. Disponível em: <<http://agriculturas.leisa.info/index.php>>. Acesso em: 01, abril. 2012.

CRUZ ROCHA, Moacir. **Novos conceitos de urbano e rural: a uma nova ideia de ruralidade**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/novos-conceitos-de-urbano-e-rural/9227/>>. Acesso em: 01 abril. 2012.

DIAS, Cláudia. **Pesquisa Qualitativa – características gerais e referencias**. 2000. Disponível em: <<http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>>. Acesso em: 29, abril. 2012.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. **El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. Notas de Población, Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade**, n. 49, p. 49-69, abr. 1990.

FANTIN, Giovani Marcos. **Êxodo Rural e Urbanização**. 2003. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=22926>>. Acesso em: 05 nov. 2009.

FARIA, Caroline. **Êxodo Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/>>. Acesso em: 12, maio. 2011.

FEE. **População do RS - 1970 a 2006**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2008&letra=A>. Acesso em: 04, out. 2011.

GIL, Antônio C. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. 4. Ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GRAZIANO DA SILVA J. & BIANCHINI, J. M. e. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural**. Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.

GUIMARÃES, A. A., MELAZZO, E.S., GUIMARÃES, R.B e MAGALDI, S.B. **A Propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais**. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso**. 1ª edição. Editora Príncípia, 2006. Disponível: <[http://books.google.com.br/books?hl=pt_C3% 20metodologia&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=pt_C3%20metodologia&f=false)> Acesso em: 24, mar. 2012.

HERMES, Clair Lisandra W.; VALENTE, Valdemar. **Análise do Crescimento Populacional do Município de Agudo, RS, no período de 1970 a 2000**. ISSN, Agudo, 2006.

IBGE. **Conceituação das características divulgadas na Contagem da População de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/textocont96.shtm>>. Acesso em: 24, mar. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15, abril. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Horizontina – RS. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 15, abril. 2012.

IBGE. **Contagem da População 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_23.pdf>. Acesso em: 15, abril. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Lavoura Temporária 2010**. Horizontina – RS. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 29, abril. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares** – POF. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em: 10, mar. 2012.

IPARDES – **Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais**: Sul/IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

LEE, E. S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, t. 1, p. 89-114, 1980.

LODI, Marilde Pagnussat; ROMANINI, Alci Luiz. **Camargo e sua história**. 1992. AAGE.

MALUF, Renato. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo-SP, Polis Papers: Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, n.5, 42p. 1999.

MALUF, R., Menezes, F. **Caderno Segurança Alimentar**. 1996. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias>> Acesso em: 29, abril. 2012.

MARCONI, Mariana A., LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.186p.

MENEGETTI, Gilmar A. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. 2009. Disponível em: <moodleinstitucional.ufrgs.br> Acesso em: 23, mar. 2012.

MENEZES, Eduardo Frigoletto de. **Êxodo Rural**. 2008. Disponível em: <<http://www.friigoletto.com.br/GeoPop/migracoes.htm>>. Acesso em: 07, set. 2011.

MENEZES, Isabela Gonçalves. **Valorização do rural versus valorização do camponês: desenvolvimento, trabalho e cidadania**. 2004. Disponível em: <<http://www.insite.pro.br/2008/30.pdf>>. Acesso em: 23, mar. 2012.

MIRANDA, Livia. **Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios**. 2007. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_content&view=arti>

cle&id=982%3A-planejamento-em-areas-de-transicao-rural-urbana-velhas-novidades-em-novos-territorios&catid=36%3Acolecacao-textos&Itemid=82&lang=pt >. Acesso em: 03, ago. 2011.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme A.; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA Cláudio Machado. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1. Ed. Rio Grande do Sul: UFRGS. 2010.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. **Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro**. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v.1, 2004.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. O espaço rural e a produção agrícola. In:_____. **Geografia - Ensino Médio**. Volume Único - 2009. Unidade 08. São Paulo, 2009. Editora Scipione. P. 522-525.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, V.1, nº3, 2º semestre.1986. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 05, abril. 2012.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PINHEIRO MACHADO, José A. Schneider Loggemann: **50 anos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1995.

PORTELA, Fernando; VESSENTINI, José W. **Êxodo Rural e Urbanização**. 1. Ed. – São Paulo, p. 10, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA. **Histórico**. Disponível em:<<http://www.pmhorizontina.com.br/portal/index.php?option>>. Acesso em: 05, fev. 2012.

PRESSER, Mário Ferreira. **O desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Rio Grande do Sul, 1920-1975**. Dissertação de mestrado. IFCH/UNICAMP. Campinas, 1978.

ROCHA, Sônia; ALBUQUERQUE, Roberto C. **Pobreza extrema no Rio de Janeiro: Uma espacialização alternativa**. Rio de Janeiro, Ed. Universidade/ UFRJ, p. 75, 2004.

ROSSATO, Ricardo. Êxodo rural do Rio Grande do Sul. **Centro Ciências Rurais**. V. 8, n. 2, p. 161-174, 1978.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14 ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SANTOS, Roseli Alves. **Vilas Rurais no Noroeste do Paraná – A intervenção Estatal Atenuando as desigualdades Sócio-espaciais**. Dissertação de mestrado. UNESP. Presidente Prudente, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura Maria. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIMMONS, Alan. B. **Explicando la migración: la teoría em la encrucijada**. Estudios Demográficos y Urbanos, México: Colegio de México, v. 6, n. 1, p. 5-31.1991.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

SINGER, Paul. **Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo**. In: MOURA, H. A. de (Coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4).

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 205, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; RADOMSKY, Guilherme F. W. **Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul**. 2008. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/2025/2406>>. Acesso em: 05, out/ 2011.

SILVA, José Graziano da. **Urbanização e Pobreza no Campo**. In: RAMOS, P. e REYDON, B.P. (Org.) Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas, Edições ABRA, p. 127-150, 1995.

SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SOUZA FILHO, Hildo M.; BATALHA, Mário O. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005.

SOUZA, Maurício Novaes; COSTA, Aline Toledo da. **Êxodo Rural e Urbanização desordenada: deficiência ou ausência de política agrícola?**. 2008. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=23778>>. Acesso em: 12, out. 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. Ed. São Paulo: Atlas. 2007.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e luta do sul para a Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1993.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura Familiar é um Grande Desafio**. 2003. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 01, abril. 2012.

TRENNEPOHL, Dilson; MACAGNAN Roberto. **Impactos ambientais da dinâmica de desenvolvimento da região noroeste colonial do Rio Grande do Sul**. Disponível em: www.rbgdr.net/012008/artigo8.pdf. Acesso em: 19 jun. 2012.

VALE, Maria Vieira do; BASTOS, Priscila Chappini. **A Questão Agrária Brasileira e sua interface com o Ambiente Urbano**. 2001. Disponível em: <<http://www.lemetmc.org/cient/agro.php>>. Acesso em: 20, março. 2012.

VELLUTO, Luciele; NOMURA, Roberta. **Cidade ainda atrai mais migrantes do que o campo**. 1999. Disponível em: <<http://www.metodista.br/cidadania/numero-15/cidade-ainda-atrai-mais-migrantes-do-que-o-campo/>>. Acesso em: 23, março. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. Ed. São Paulo: Atlas. 2004.

VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Suzana Regina Salum. **Rio Grande do Sul: Geografa da população**. Porto Alegre: Sagra, 1985.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. et al. **Modernização Agrícola**. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/175.pdf>>. Acesso em 12, maio.2011.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada**1) Sexo do entrevistado**

- a) () Masculino
- b) () Feminino

2) Idade do entrevistado

- a) () 16 a 24 anos
- b) () 25 a 34 anos
- c) () 35 a 44 anos
- d) () 45 a 54 anos
- e) () 55 anos ou mais

3) Grau de escolaridade do entrevistado

- a) () ensino fundamental (antigo primário ou primeiro grau) incompleto
- b) () ensino fundamental (antigo primário ou primeiro grau) completo
- c) () ensino médio (antigo secundário ou segundo grau) incompleto
- d) () ensino médio (antigo secundário ou segundo grau) completo
- e) () ensino superior incompleto
- f) () ensino superior completo

4) Há quanto tempo reside na cidade?

- a) () até cinco anos
- b) () mais de cinco até dez anos
- c) () mais de dez anos

5) Quanto tempo residiu no interior?

- a) () até cinco anos
- b) () de cinco até dez anos
- c) () mais de dez anos

6) Em relação a sua ocupação, qual a alternativa que contempla sua condição:

- a) () empregado com carteira de trabalho assinada
- b) () empregado sem carteira de trabalho assinada

- c) trabalhador autônomo,(bicos, diarista, serviços gerais)
- d) aposentado
- e) não remunerado. _____

7) Sobre a renda familiar bruta mensal no tempo em que o entrevistado residia no meio rural incluindo aposentadorias e outros benefícios

- a) menos de um salário mínimo mensal
- b) mais de um salário mínimo até dois salários mínimos mensais
- c) mais de dois salários mínimos até três salários mínimos mensais
- d) mais de três salários mínimos até quatro salários mínimos mensais
- e) mais de quatro salários mínimos até cinco salários mínimos mensais
- f) mais de cinco salários mínimos mensais

8) Sobre a renda familiar bruta mensal do entrevistado na cidade, incluindo aposentadorias e outros benefícios

- a) menos de um salário mínimo mensal
- b) mais de um salário mínimo até dois salários mínimos mensais
- c) mais de dois salários mínimos até três salários mínimos mensais
- d) mais de três salários mínimos até quatro salários mínimos mensais
- e) mais de quatro salários mínimos até cinco salários mínimos mensais
- f) mais de cinco salários mínimos mensais

9) Assinale 1 para o motivo principal e 2 para o segundo motivo que levou você a migrar para o meio urbano.

- a) para aumentar a renda da família
- b) para facilitar o acesso a serviços (saúde, educação, bem estar, bancos)
- c) por falta de trabalho no campo
- d) não tem sucessores para continuar a propriedade
- e) pela idade avançada para viver no campo
- f) outros motivos. Quais? _____

10)Quais os recursos que eram oferecidos no meio rural enquanto você residia lá?

- a) Energia Elétrica (); telefone público (); água encanada (); Sistema de Irrigação (); Posto de Saúde/assistência médica (); Fossa Séptica (); Escola (); ônibus coletivo (); Salão Social (); Transportes coletivo escolar (); Armazém (); outros () indicar:_____.

11)Quais os recursos que você (e sua família) passaram a ter acesso depois que se mudaram para a cidade?

- a) Energia Elétrica (); telefone público (); água encanada (); Sistema de Irrigação (); Posto de Saúde/assistência médica (); Fossa Séptica (); Escola (); ônibus coletivo (); Salão Social (); Transportes coletivo escolar (); Armazém (); outros () indicar:_____.

12)Qual era a condição de moradia da família, antes de migrar para a cidade?

- a) () casa própria
b) () alugada
c) () cedida
d) () outra () especifique:_____.

13)Qual é a condição de moradia da família, depois de migrar para a cidade?

- a) () casa própria
b) () alugada
c) () cedida
d) () outra () especifique:_____.

14)De que material era a casa quando você residia no meio rural?

- a) () madeira
b) () alvenaria
c) () mista (alvenaria e madeira)

15)De que material é composta sua casa na cidade?

- a) () madeira
b) () alvenaria
c) () mista (alvenaria e madeira)

16)Quais os bens duráveis que possuíam antes de vir para a cidade?

- a) () Veículo; () motocicleta; () geladeira; () televisor; () máquina de lavar roupa; () fogão à gás; () micro-ondas; () computador; () telefone fixo; () telefone móvel; () ferro elétrico; () bicicleta; () internet; () outros.

17)Quais os bens duráveis que possui atualmente na cidade?

- a) () Veículo; () motocicleta; () geladeira; () televisor; () máquina de lavar roupa; () fogão à gás; () micro-ondas; () computador; () telefone fixo; () telefone móvel; () ferro elétrico; () bicicleta; () internet; () outros.

18)Você participava de algum tipo de associação ou movimento no interior?

- a) () Sim. () Igreja; () Escola; () Esporte e Lazer; () Condomínio; () Movimento Sindical; () Terceira Idade, () Grupo de Jovens, () outros.
- b) () Não.

19)Atualmente, você participa de algum tipo de associação ou movimento na cidade?

- a) () Sim. () Igreja; () Escola; () Esporte e Lazer; () Condomínio; () Movimento Sindical; () Terceira Idade, () Grupo de Jovens, () outros.
- b) () Não.

20)O que seria necessário para você ter permanecido no meio rural?

- a) () maior incentivo por parte do governo
- b) () conseguir mais dinheiro com as atividades realizadas
- c) () mais mão de obra para realizar os serviços
- d) () idade mais jovem
- e) () Outro motivo. Qual? _____

21)Você enfrentou dificuldades para se adaptar e se entrosar no meio urbano?

- a) () Não,
- b) () Sim. Quais:_____.

22)Qual o grau de satisfação e realização atual de sua vida, se comparado com aquele que você tinha no meio rural?

- a) minha vida agora está igual aquela no meio rural
- b) minha vida agora está melhor do que antes, no meio rural
- c) minha vida está pior do que antes, no meio rural
- d) Justifique sua resposta:_____

Esta pesquisa proporcionou um melhor entendimento dos processos migratórios no município de Horizontina, cujas informações e conclusões estão disponibilizadas para a comunidade e aos gestores públicos que atuam no desenvolvimento de políticas de contenção das saídas de indivíduos do campo. Serve também de estímulo à adoção de alternativas de futuro, para aquelas famílias que permanecem no meio rural e constituem lá seus modos de vida.

De modo mais amplo esta pesquisa poderá contribuir com elementos que subsidiem a gestão pública municipal na adoção de medidas que estimulem a formulação e adoção de políticas públicas de desenvolvimento rural e que, desta forma, contribuam para a contenção do êxodo rural na atualidade.